

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal no município de Coronel Domingos Soares.

2. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação como necessidade e obrigatoriedade de dar publicidade aos atos da administração municipal amplamente, em diversos e diferentes meios de comunicação, como é o caso do jornal impresso, disponibilizado em vários lugares para acesso e leitura da população.

Sugiro para a Autoridade competente o formato de pregão presencial, pois tem potencial para agilizar a contratação de bens e serviços comuns sem comprometer a competitividade.

Durante o pregão presencial há possibilidade de esclarecimentos imediatos e facilidade na negociação de preços e verificação das condições de habilitação e execução da proposta, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial.

Ao optarmos pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes, e saliento que hoje contamos com transmissão ao vivo das disputas de licitações pela plataforma do YOU TUBE pra melhor transparência.

Reforço que no art. 1º, §3º da Lei 10.024/2019, traz a obrigatoriedade da adoção do pregão na forma eletrônica pelos entes federativos apenas nos casos de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias. Tratando-se de recursos próprios admite-se a adoção do pregão na forma presencial.

Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial para este processo é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir acerca da escolha da modalidade de licitação pregão presencial em detrimento do pregão eletrônico, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas. Inobstante, de acordo com o art. 1º, §4º da Decreto-Lei n.º 10.024/19, é cabível a adoção da modalidade pregão em sua forma presencial.

Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio

fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 8.666/93.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e os quantitativos a serem adquiridos são:

- a) item 01: O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. Além da divulgação das matérias e publicidade em caderno interno, deverá ser dedicada uma página inteira, quando necessário, para informativos exclusivos da contratante. Toda edição deverá conter uma matéria na capa, a ser escolhida pela contratante. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição. Duração do contrato de 12 meses.
- b) item 02: O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. As publicações legais deverão ocorrer em caderno interno, preferencialmente no setor de Classificados, com fonte de tamanho não inferior a 8 na cor preta. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição. A contratada deverá publicar todos os atos legais que lhe forem enviados, independentemente da extensão dos conteúdos, sem ônus adicionais para o Município. Duração do contrato de 12 meses.

LOTE 01					
Item	Unid	Quant.	Descrição	R\$ Unit.	R\$ Total
01	mês	12	Contratação de serviços de publicação e divulgação de notícias e publicidade da Municipalidade em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3	R\$ 5.566,66	R\$ 66.799,92
02	mês	12	Contratação de Serviço de publicação e divulgação de Publicações Legais em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3.	R\$ 6.066,66	R\$ 72.799,92

4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo Fiscal Geral Glênio José Maito e pelo Fiscal Técnico Diego Argenta, Assessor de Comunicação Social.

5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total estimado aproximado para ambos os itens é de R\$ 139.599,84.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A destinação de dotação orçamentária vai ficar a cargo do Setor de Contabilidade.

7. DO PERÍODO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O período de execução e vigência do presente contrato será de 12 meses, a contar da assinatura.

Coronel Domingos Soares, 02 de junho de 2022.



Diego Argenta
Assessor de Comunicação Social

DIEGO ARGENTA
ASSESSOR DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL
PORTARIA Nº 008/2021



Glênio José Maito
Fiscal Geral de Contratos

Orçamento

Cliente: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares

Endereço: Avenida Araucária, 3130

Fone: _____

Cidade: Coronel Domingos Soares Bairro: Centro UF: Paraná

CNPJ/CPF: _____ Data: ____/____/____

Quant.	Discriminação	Total
01	Objeto 1	
	Contratação de serviços de publicação e divulgação de notícias e publicidade da Municipalidade em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3. O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. Além da divulgação das matérias e publicidade em caderno interno, deverá ser dedicada uma página inteira, quando necessário, para informativos exclusivos de contratante. Toda edição deverá conter uma matéria na capa, a ser escolhida pela contratante. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição.	
	Obs: Valor Mensal R\$4.900,00 com Proposta Anual 58.800,00	58.800,00
	Objeto 2	
	Serviço de publicação e divulgação de Publicações Legais em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3. O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. As publicações legais deverão ocorrer em caderno interno, preferencialmente no setor de Classificados, com fonte de tamanho não inferior a 8 na cor preta. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição. A contratada deverá publicar todos os atos legais que lhe forem enviados independentemente da extensão dos conteúdos, sem ônus adicional para o Município.	
	Obs: Valor Mensal R\$5.300,00 com Proposta Anual 63.600,00	63.600,00

TOTAL R\$ 122.400,00

Assinatura Cliente _____

Assinatura Vendedor *[Assinatura]*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.492.421/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/01/2003
NOME EMPRESARIAL J. F. DA SILVA - JORNAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.22-1-02 - Edição integrada à impressão de jornais não diários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R MARECHAL DEODORO	NÚMERO 1709	COMPLEMENTO *****
CEP 85.555-000	BAIRRO/DISTRITO DISSENHA	MUNICÍPIO PALMAS
		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (46) 3262-2636	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/04/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/05/2022** às **17:21:16** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



A FOLHA[®]

DO SUDOESTE



Rua: Professor Vergilio Ferreira, 2240 - Palmas - Paraná
CEP: 85.555.000 - Fone: (46) 3263-2500
CNPJ: 08.815.942/0001-30

Palmas: 30/05/2022

A/C: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares

COTAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	RS mês	RS total
01	Contratação de serviços de publicação e divulgação de notícias e publicidade da Municipalidade em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3. O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. Além da divulgação das matérias e publicidade em caderno interno, deverá ser dedicada uma página inteira, quando necessário, para informativos exclusivos da contratante. Toda edição deverá conter uma matéria na capa, a ser escolhida pela contratante. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição.	4.800,00	4.800,00
02	Serviço de publicação e divulgação de Publicações Legais em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3. O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. As publicações legais deverão ocorrer em caderno interno, preferencialmente no setor de Classificados, com fonte de tamanho não inferior a 8 na cor preta. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição. A contratada deverá publicar todos os atos legais que lhe forem enviados, independentemente da extensão dos conteúdos, sem ônus adicionais para o Município.	5.900,00	5.900,00

Certo de vossa aquiescência, externo votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

CNPJ: 08.815.942/0001-30

A Folha do Sudoeste
Ltda - ME

Rua: Professor Vergilio Ferreira,
2240 - Santa Cruz
85.555-000 - Palmas - Paraná

Cidenei Cristian Allebrandt
Diretor geral e jornalista responsável
DRT/PR 9044

007

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, provida atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.815.942/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/04/2007
NOME EMPRESARIAL A FOLHA DO SUDOESTE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A FOLHA DO SUDOESTE			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.12-3-02 - Edição de jornais não diários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-01 - Estúdios cinematográficos 59.14-6-00 - Atividades de exibição cinematográfica 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 60.22-5-01 - Programadoras 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 61.42-6-00 - Operadoras de televisão por assinatura por microondas 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais 79.11-2-00 - Agências de viagens 79.12-1-00 - Operadores turísticos 79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente 92.00-3-99 - Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R SETE DE SETEMBRO		NÚMERO 2240	COMPLEMENTO ESQ PROF VIRGILIO FERREIRA
CEP 85.555-000	BAIRRO/DISTRITO SANTA CRUZ	MUNICÍPIO PALMAS	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO folhadapalmas@proserv.com.br		TELEFONE (46) 3262-2438	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			



COTAÇÃO DE PREÇOS – ORÇAMENTO

Santa Izabel do Oeste, 30 de maio de 2022.

À

Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares
Assessoria de Imprensa e Comunicação

Conforme solicitado, a empresa **JORNAL NOVO TEMPO EIRELI**,
CNPJ: 03.525.366/0001-72 INSCRIÇÃO ESTADUAL: Isento, ENDEREÇO e TELEFONE:
Rua Laranjeira, 1474 – Santa Izabel do Oeste-PR - Fone: (46) 99975-2034,
TITULAR/ADMINISTRADOR: SÉRGIO JONIKAITES, CART. DE IDENTIDADE E CPF: RG nº
3.479.739-0 SSP-PR / CPF nº 498.589.479-68.

E-mail: sergio@jornalnovotempo.com.br, comercial@jornalnovotempo.com.br

Site: <http://www.jornalnovotempo.com.br>

Neste ato representado na forma dos seus atos sociais pelo seu TITULAR/ADMINISTRADOR:
SÉRGIO JONIKAITES, adiante assinado,

1	Contratação de serviços de publicação e divulgação de notícias e publicidade da Municipalidade em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3. O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. Além da divulgação das matérias e publicidade em caderno interno, deverá ser dedicada uma página inteira, quando necessário, para informativos exclusivos da contratante. Toda edição deverá conter uma matéria na capa, a ser escolhida pela contratante. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição.	7.000,00	7.000,00
2	Serviço de publicação e divulgação de Publicações Legais em jornal impresso com no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3. O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. As publicações legais deverão ocorrer em caderno interno, preferencialmente no setor de Classificados, com fonte de tamanho não inferior a 8 na cor preta. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição. A contratada deverá publicar todos os atos legais que lhe forem enviados, independentemente da extensão dos conteúdos, sem ônus adicionais para o Município	7.000,00	7.000,00

Sendo o que se oferecia para o momento, renovamos distinguida consideração
Atenciosamente,

NOME: SÉRGIO JONIKAITES
RG/CPF 3.479.739-0 / 498.589.479-68
Titular/Administrador

JORNAL NOVO TEMPO EIRELI - comercial@jornalnovotempo.com.br - sergio@jornalnovotempo.com.br - (46)9 9975-2034

Matriz: CNPJ: 03.525.366/0001-72 – Rua Laranjeiras, 1474 - Bairro Santo Antônio

CEP: 85.650-000 - Santa Izabel do Oeste-PR

Filial: CNPJ: 03.525.366/0002-53 – Rua Ponta Grossa, 1981 – Edifício Don Antônio, Sala 202 - Bairro Centro

CEP: 85.601-600 - Francisco Beltrão-PR



PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de Contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e Publicações Legais da Municipalidade, são os seguintes:

Especificação de Dotações:

02 Assessoramento

003 Assessoria de Comunicação Social

04.122.0002.2005 Atividades de Assessoria de Comunicação

Conta de despesa 320 fonte de recurso 000

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 03 de junho de 2022.


Daniele P. Bringhenti
Contadora CRC PR-047272/O-2



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

012

Parecer de Licitação 77/2022

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Presencial referente a Contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal no Município de Coronel Domingos Soares.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
4. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

5. Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Presencial", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: A Contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal no Município de Coronel Domingos Soares. Limitado ao teto máximo de R\$ 139.599,84 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Ação Social.

Coronel Domingos Soares, 06 de junho de 2022.

**Jandir Bandiera
Prefeito Municipal**

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

013

PROCESSO N.º 087/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 40/2022

A Prefeitura de Cel. Domingos Soares, Estado do Paraná, sito a Av. Araucária, 3120, através do Pregoeiro designado pela Portaria n.º 59/2021, e ainda de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 suas posteriores alterações e a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão, tipo Por item** para o objeto: **Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal**, observadas as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência e no conteúdo geral deste Edital.

Agenda de eventos:

- Protocolo de envelopes até as 10 horas (horário local) do dia 15/07/2022 no setor de protocolo geral, no Centro Administrativo Adão Reis.
- Abertura dos envelopes e etapa de lances a partir das 10:30 horas (horário local) do dia 15/07/2022 no setor de licitações do Centro Administrativo Adão Reis.

1 – DO OBJETO

1.1– O presente pregão tem por **Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal**, de acordo com a descrição do Anexo I deste Edital.

1.2 - O presente edital, e seus demais anexos encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados no setor de Compras/Licitações a partir de sua publicação das 09h00m as 12h00m e das 13h30m as 17h00m.

1.3 - Quaisquer cópias a serem dispensadas dos documentos do certame serão cobradas a razão de R\$ 0,20(vinte centavos) a cópia em papel A4, caso o interessado deseje efetuar cópia em algum tipo de mídia o material deverá ser fornecido pelo proponente. O presente edital bem como seus anexos, se houverem, não serão enviados por e-mail ou fax, devendo, para tanto, o proponente interessado dirigir-se até o Centro Administrativo Adão Reis e efetuar a retirada do mesmo ou consultá-lo diretamente no endereço eletrônico <http://www.pmc.ds.pr.gov.br/>.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Considerando a disposição de valores unitários dos objetos fica assim disposta a participação dos interessados no certame:

2.1.1. Somente poderão participar da disputa empresas enquadradas como MEs (ME/EPP/MEI), conforme lei geral N.º 123/2006 e lei complementar N.º 147/2014, desde que respeitado o ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e atendidas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2.3 - É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- c) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- d) empresa que estiver sob concurso de credores, dissolução, liquidação, processo de falência ou recuperação judicial;
- e) empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenha sido punida com suspensão do direito de licitar e contratar com o Município;
- f) que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o FGTS e UNIÃO;
- g) mantenham, direta ou indiretamente, sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado ao governo municipal.
- h) tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Conforme Observância ao Disposto do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.
- i) representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.
- j) entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.



2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.4. Visando a comunicação entre a Prefeitura Municipal e as empresas interessadas na licitação, no tocante à eventuais alterações do edital, deverá ser preenchido o protocolo de retirada do Edital junto ao setor de compras/licitações.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do Pregão, o representante da proponente entregará ao Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio os documentos abaixo listados que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade:

3.1.1 **Carteira de Identidade ou CTPS ou CNH**, para identificação pessoal do representante do proponente.

3.1.2 **Instrumento público/particular de procuração ou ato constitutivo da proponente.**

3.1.2.1 Caso seja feita a apresentação de instrumento de procuração, a mesma deverá contemplar poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.1.2.1 Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular (conforme modelo anexo ao edital), a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento equivalente, onde seja possível verificar a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário. Em sendo adotada a via de instrumento particular o mesmo deverá contar com o reconhecimento de firma do outorgante.

3.1.3 **Comprovação da condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/ MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, a qual será recebida exclusivamente nesta oportunidade, através da apresentação do seguinte documento, conforme o caso de enquadramento:

a. "Certidão Simplificada" de micro empresa ou empresa de pequeno porte atualizada, expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, em até 60 dias que antecedem a data de abertura do certame; ou,

b. "Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual" extraído do *site* da Receita Federal.

3.1.3.1 A não comprovação, nesta fase, da condição de ME/EPP/MEI causará ao proponente os seguintes impedimentos, conforme o caso:

a. Invocar para si os benefícios que a legislação prevê para empresas sob este regime.

b. Participar das demais fases do certame, quando a licitação for exclusiva para ME/EPP/MEI, impossibilitando, em consequência, o aproveitamento dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", os quais ficarão, após rubricados pelos interessados, arquivados por trinta dias na repartição e, ao final deste prazo, caso não retirados, destruídos sem maiores formalidades.

c. Participar do(s) objeto(s) destinados a ME/EPP/MEI quando a licitação for parcialmente exclusiva para empresas constituídas neste formato/condição.

3.1.4. **Declaração de cumprimento de requisitos de habilitação e de inexistência de fatos impeditivos.**

3.1.4.1 *A ausência desta declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigido prevista inviabilizará a participação da proponente neste processo, impossibilitando, em consequência, o aproveitamento dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", os quais ficarão, após rubricados pelos interessados, arquivados por trinta dias na repartição e, ao final deste prazo, caso não*



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

015

retirados, destruídos sem maiores formalidades. Esta declaração dá cumprimento ao previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

3.2 É admitido somente um representante por proponente.

3.3 A ausência da documentação referida nos itens 3.1.1 e 3.1.2 ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas neste edital impossibilitará a participação da proponente neste certame, exclusivamente no tocante à formulação de lances orais e demais atos relacionados, inclusive interpelações e solicitações de prazos recursais.

3.4 Para que os licitantes não aleguem ignorância os documentos de credenciamento devem ser entregues em mãos, no início dos trabalhos e fora de qualquer envelope.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A proposta deverá ser apresentada em um arquivo em mídia (pendrive / CD) contendo o Nome, número do CNPJ, endereço e telefone da empresa proponente, proposta essa para a inclusão no sistema conforme arquivos em anexo a este edital, utilizando-se do programa disponível no portal de transparência do Município no endereço eletrônico <http://www.pmcads.pr.gov.br/pag.php?id=138&modulo=1&tipodoc=>.

4.1.1 Deverá ser, também, apresentada proposta impressa conforme disponibiliza o programa “esPROPOSTA” (em anexo ao edital) e devidamente assinada pelo representante legal, inserida em envelope fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:

4.1.2 a proposta que não apresente o arquivo mídia ou em desacordo com os termos 4.1 deste Edital com pena de desclassificação.

CNPJ/MF

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2021

4.2. Ser alimentada e impressa por processo eletrônico através do sistema “esPROPOSTA” (em anexo ao edital) em papel com identificação da empresa, em uma via, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datada, rubricada e assinada na última de suas folhas pelo representante legal da proponente.

4.3. Conter a razão social, endereço, CEP, telefone, CNPJ da licitante e o número deste Edital..

4.4. Consignar preço unitário do item e o totalizador de cada item, em moeda corrente nacional, escrito em algarismo. Em caso de divergência entre algum valor proposto será considerado o de menor importe, ou seja, o mais vantajoso para a administração. Serão consideradas somente duas casas após a vírgula, para efeito de classificação da proposta;

4.5. Os preços cotados deverão ser líquidos, devendo estar neles incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita entrega/execução do objeto desta licitação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4.6. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de valores ou alterações nas condições estipuladas, uma vez que houver a abertura da proposta. Será desclassificado o proponente que apresentar mais de uma proposta de valores para o mesmo objeto acondicionada no envelope “Proposta de Preços”.

4.7. Não serão consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem valores ou vantagens baseadas em ofertas das demais licitantes, valores unitários simbólicos, irrisórios ou de cotação zero.

4.8. Será desclassificada a proposta em desacordo com os termos deste Edital ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente.

4.9. Declarar prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de entrega dos envelopes. As propostas que omitirem o prazo de validade serão consideradas como sendo válidas por 60 (sessenta) dias corridos.

4.10. A proposta poderá, facultativamente, conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da proponente. Para fins de eventual contratação a informação destes dados passará a ser obrigatória.

4.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



5 – DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO

5.1 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope opaco, fechado por cola ou lacre, contendo, no anverso, os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

CNPJ/MF

ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2021

5.2. Para habilitação no certame a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Habilitação Jurídica

a) ato constitutivo do proponente (dispensado se já apresentado junto aos documentos de credenciamento).

a.1) A ser comprovado através de Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual ou, Contrato Social e sua última alteração, ou Certidão atualizada da Junta Comercial, para as sociedades comerciais ou, Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou do Cartório de Títulos e Documentos para as sociedades civis e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício ou, se for o caso, decreto de autorização para funcionamento no país, no caso de empresas estrangeiras ou, certificado da condição de microempreendedor individual extraído do site da Receita Federal.

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado(CICAD para o Paraná ou documento equivalente para os demais estados) ou do Município(alvará de licença e localização), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades.

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

c.1) Do conteúdo do CNPJ das licitantes é que será avaliado se a atividade ali descrita(CNAE) é compatível com o objeto ora licitado.

5.2.1.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

b) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

c) Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

d) Certificado de Regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

5.2.1.2. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de pedidos de falências, concordatas ou processo de recuperação judicial, passada pelo distribuidor judicial, da sede da empresa, expedida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de apresentação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, 2022, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 meses da data de apresentação e devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado.

b.1) As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2022.

b.2) Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

5.2.2. Qualificação Técnica (apresentação obrigatória seja o proponente cadastrado ou não)

a) **Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão fornecido por pessoas jurídicas de**



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

017

direito público ou privado, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;

a.1) Se o documento for emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá a assinatura deste documento ser reconhecida em cartório, salvo, em caso de ser assinatura de forma digital.

b) Declaração de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geográficas e topográficas para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação devidamente assinada pelo representante legal da proponente, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;

c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição federal devidamente assinada pelo representante legal da proponente, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;

d) Declaração de inexistência de vínculo funcional daqueles que integram a estrutura jurídica do licitante para com a administração pública, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital.

e) Declaração CNAE, identificando qual CNAE representa a atividade de maior receita do proponente, conforme em anexo.

5.3 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada previamente por cartório competente ou por servidor na qualidade de membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão de imprensa oficial. Esta condição poderá ser dispensada para aqueles documentos que podem ter sua autenticidade verificada nos arquivos da municipalidade ou via on-line no respectivo site da internet ou para aqueles cuja emissão seja da própria municipalidade.

5.4 - Os interessados em fazer cadastro junto a municipalidade ou que deseje apresentar cópias de documentos para este certame deverá trazê-las consigo vez que a Administração não as produzirá.

5.5 - Em hipótese alguma será admitido a apresentação posterior de documento o qual deveria estar acondicionado em seu respectivo envelope por ocasião do protocolo. Nenhum documento apresentado poderá ser retificado ou modificado de qualquer forma após o protocolo dos envelopes.

5.6 - Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido ou em desacordo com este edital.

5.7 - Qualquer documento, que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.

5.8 - Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.

5.9 - Se todas as proponentes forem inabilitadas, o pregoeiro, a seu exclusivo critério, poderá fixar as proponentes o prazo de até cinco dias úteis para apresentação de nova documentação.

5.10 - Em caso de inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

5.11 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura Aquisição, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

b. CNAE (www.cnae.ibge.gov.br);

c. SICAF;

d. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

e. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.11.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de



contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.11.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.12. Os licitantes enquadrados na condição conhecida como "MEPs", poderão invocar os benefícios que entenderem oportunos quanto a fase de habilitação e as consequências dela decorrentes, como já lhes garante a legislação aplicável em especial a Lei Complementar Federal 123, sendo oportuno citar aqui, para que não se alegue desconhecimento/ignorância um dos quesitos aplicáveis que esta Norma apresenta no bojo de seu art. 43:

"Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação." (grifo nosso)

6 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1 Em prazo e local descritos no preâmbulo deste Edital, os interessados deverão protocolar seus envelopes e demais documentos que assim desejem junto ao setor municipal de protocolo no edifício do Centro Administrativo Adão Reis.

6.2 Nas condições previstas neste edital o Pregoeiro receberá do setor municipal de protocolo, os envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, correspondente as propostas e a habilitação exigida das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

6.3. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7– DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados, levando-se em conta a modalidade adotada no certame.

7.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todas as concorrentes.

7.3. Será (ão) classificada (s) e proclamada (s) pelo Pregoeiro a licitante que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

7.4. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço; no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados.

7.5. Para as licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 7.3 e 7.4, que estejam devidamente representadas e credenciadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

7.6. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, através de seus representantes devidamente credenciados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor;



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

019

7.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.8. Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, quando será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.

7.8.1. Quando o valor original proposto tiver sido alterado por conta de lance oferecido, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de abertura da sessão do Pregão, nova Proposta de Preços, constando os valores unitários do item licitado de acordo com o valor global da adjudicação, a qual substituirá a proposta primitiva e fará parte integrante do contrato, necessidade que poderá ser dispensada pelo pregoeiro se este assim entender possível.

7.9. Serão desclassificadas as propostas que:

7.9.1. Não contiverem todos os dados e elementos exigidos para o envelope Proposta de Preços, sejam omissas relativamente a alguma parcela do item ou apresentem irregularidades ou defeitos que impeçam o julgamento objetivo;

7.9.2. Que ofertarem preços irrisórios, simbólicos, de cotação 0, manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado, inclusive pela omissão de custos tributários incidentes sobre a contratação.

7.10. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.12. Caso a licitante apresente seu certificado de cadastro com algum documento já vencido deverá apresentar o novo e em vigor juntamente com aquele, ou seja, com o certificado de cadastro.

7.13. Caso a licitante apresente irregularidade no cadastramento, ou apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

7.14. Não serão aceitos protocolos nem recibos de pagamento em substituição a quaisquer documentos ou certidões.

7.15. Findo o exame da documentação e constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, momento em que o Pregoeiro, de maneira clara e incisiva, informará às demais licitantes ter chegado o momento da manifestação de intenção de interpor recurso e a síntese das suas razões.

7.16. Não havendo manifestação sobre a intenção de interpor recursos, à licitante vencedora será adjudicado, pelo Pregoeiro, o objeto desta licitação.

7.17. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto.

7.18. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para alcance de melhor preço.

7.19. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

7.20. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos e que ao final, será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

7.21. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

7.22. Após a conclusão da sessão do Pregão, os envelopes de habilitação que não forem abertos ficarão à disposição do Pregoeiro durante 30 (trinta) dias, findo os quais poderão ser requisitados pelas empresas participantes, ou do contrário serão inutilizados sem maiores formalidades.



7.23. Após a declaração da vencedora da licitação, não havendo manifestação quanto à intenção de interposição de recurso, o Procedimento será submetido à Administração, para homologação e contratação.

7.24. O resultado do julgamento das propostas será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Município.

7.25. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.25.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.26. No caso de empate em duas ou mais propostas, proceder-se-á da seguinte forma:

7.26.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.26.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.26.1 deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 7.25 e 7.25.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.26.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.25.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens 7.25 e 7.26 e seus subitens, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.28. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.29. O disposto item 7.26 e seus subitens somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio em ato público, com a participação de todas as licitantes, conforme dispõe o Art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8883/94.

8 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido até dois dias antes da data fixada para recebimento das propostas, no endereço discriminado preâmbulo deste edital.

8.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.3. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.4. Não será tomado conhecimento de impugnações enviadas via fax, e-mail ou de outra forma diversa de protocolo dos originais junto ao setor competente para tal desta municipalidade.

8.5. A impugnações deverão estar assinadas pelo representante legal da impugnante com o devido reconhecimento em cartório, caso seja feito através de procurador ou representante deverá se fazer acompanhar de documento que lhe outorgue poderes para tal.

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1. O Departamento de Administração convocará a licitante vencedora para assinar o eventual Contrato, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

9.2. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito por esta Administração.



9.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do Contrato.

9.4. Se a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no item anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa será custeada, até 31/12/2022 com os recursos consignados aos departamentos da administração municipal, no orçamento para o exercício em curso, na descrição constante do Anexo I.

11 – DA ALTERAÇÃO E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, se cabível ao objeto desta licitação.

11.2. Outros acréscimos ou supressões poderão exceder os limites estabelecidos no item anterior desde que permitidos pela Lei 8.666/93 e de comum acordo entre as partes contratantes.

12 – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

O consequente Contrato, que se originará deste certame, terá prazo de execução/entrega e de vigência descrita no Anexo II - Minuta de Contrato, cujos prazos podem ser prorrogados desde que obedecidas às mesmas condições estipuladas no instrumento contratual, na forma da Lei 8.666/93.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, na qual poderá juntar os memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.2.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

13.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à autoridade superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

13.6. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão ser apresentados, para registro, na Seção de Protocolo no Edifício sede desta municipalidade, no endereço descrito no preâmbulo deste edital em horário normal de expediente.

13.7. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

13.8. As manifestações que por ventura os participantes do certame desejem fazer constar em ata deverão ater-se aos eventos ocorridos durante a seção, todavia de forma sucinta e motivada, sendo que caso o pregoeiro identifique que tais medidas sejam puramente de caráter protelatório poderá indeferir de imediato a abertura de prazo recursal, fundamentando suas razões. Comentários e manifestações alheias a esta condição deverão ser formalizados pelas demais vias administrativas e legais. Não serão aceitos e reconhecidos documentos recursais enviados via e-mail ou fax.



14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Em existindo recurso, após a decisão dos mesmos e constatação da regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14.2. Inexistindo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, cabendo à autoridade competente a homologação do certame.

14.3. Após a homologação, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

15 – DA GARANTIA DO CONTRATO

As garantias se exigíveis para este certame e contrato serão tipificadas no minuta de contrato em anexo a este Processo.

16 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO e REAJUSTES

16.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

17 – DAS PENALIDADES FACE O PROCESSO

17.1 ADVERTÊNCIA: Aperfeiçoado via aviso por escrito, emitido quando a Licitante descumprir qualquer obrigação durante a fase processual até a fase de adjudicação, e será expedido pelo setor responsável pelas licitações do Órgão, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, especialmente nos seguintes casos:

- a. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- b. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível, irrisório ou equivalente a zero na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- c. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- d. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;
- e. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

17.1.1. Todas as hipóteses tratadas no subitem 17.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial.

17.2 SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, e poderá ser aplicada caso a pena de advertência não se apresente suficiente para resolução da celeuma.

17.2.1 A suspensão poderá ser aplicada por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou 17.2.2 Poderá ser aplicada a suspensão, ainda, por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

- a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

18 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

18.1. O presente pregão poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação;



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

023

devendo ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

18.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Qualquer modificação deste Edital será divulgada pelo mesmo meio de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, fixando prazo para atendimento vedado a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originalmente da proposta.

19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na administração municipal.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

19.5. Fica eleito o foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, para dirimir qualquer controvérsia judicial decorrente da presente licitação sendo este também o foro de eleição para suprimimento contratual.

19.6. Esclarecimentos relativos à presente licitação somente serão prestados quando requeridos formalmente ao Presidente da Comissão de Licitação ou Pregoeiro, à Av Araucária, nº 3120, CEP 85557000, decorrendo daí os tramites legais. Informações prestadas por elementos entidade autora do certame somente terão algum fundamento para os proponentes se houverem sido feitos de forma oficial e por escrito, exclusivamente através do Presidente da comissão de Licitações e/ou do Pregoeiro. Não serão recepcionados pedidos de esclarecimentos e/ou informações enviados via e-mail ou fax.

19.7. Fazem parte integrante deste Edital, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição o Anexo I – Termo de Referência e o Anexo II - Minuta de Contrato.

19.8. Os demais modelos anexos ao edital tem o propósito facilitador, porém sua eventual ausência neste edital não se traduz em falta de obrigatoriedade de apresentação dos mesmos, cabendo aos proponentes a responsabilidade de elaboração e apresentação.

Coronel Domingos Soares-PR, 28/06/2022.

**Jandir Bandiera
Prefeito Municipal**

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta a especificação, quantidade, local e prazo para entrega, condições de recebimento, e valor máximo estimado para os itens objeto do presente Pregão.

2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO

O objeto desta licitação é a colheita da oferta mais vantajosa para Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal, para fornecimento/execução de forma fracionada durante o período contratual observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

2.1. As quantidades foram estimadas com base no consumo médio para um período futuro de até 12 meses, podendo ser prorrogado por conveniência das partes contratuais.

2.2. Da descrição detalhada do objeto, suas quantidades e valores máximos:

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	6809	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES LEGAIS EM JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.	12,00	SERV	6.066,66	72.799,92
2	6808	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E PUBLICIDADE DA MUNICIPALIDADE EM JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.	12,00	SERV	5.566,66	66.799,92
TOTAL						139.599,84

2.3. Especificações complementares ao Item 01: O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. Além da divulgação das matérias e publicidade em caderno interno, deverá ser dedicada uma página inteira, quando necessário, para informativos exclusivos da contratante. Toda edição deverá conter uma matéria na capa, a ser escolhida pela contratante. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição.

2.4. Especificações complementares ao Item 02: O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. As publicações legais deverão ocorrer em caderno interno, preferencialmente no setor de Classificados, com fonte de tamanho não inferior a 8 na cor preta. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição. A contratada deverá publicar todos os atos legais que lhe forem enviados, independentemente da extensão dos conteúdos, sem ônus adicionais para o Município.



3. FISCALIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

3.1 O(s) objeto(s) deverá(ao) estar em conformidade com as normas vigentes.

3.1.1 - Todos os objetos entregues/executados serão recebidos e conferidos por servidor(es) da Administração Municipal, indicado como fiscal de contrato.

3.2 - Caberá a Contratada indicar um funcionário técnico para acompanhar solicitações e fornecimentos/execuções, bem como reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de eventuais falhas detectadas.

3.3 - A entrega/execução do objeto dar-se-á sob a forma fracionada, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao que realmente se aperfeiçoou do objeto, conforme atesto de recebimento/execução da secretaria/departamento municipal requisitante.

4 FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

I - As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

II - Apresentação das certidões negativas de débitos fiscais perante: FGTS, Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal e Tribunal Superior do Trabalho(débitos trabalhistas), todas anexas a nota fiscal, sob pena de suspensão do pagamento dos haveres até a apresentação dos aludidos documentos.

II.1 - O Município não será responsável pela consulta e/ou impressão das certidões de regularidade junto aos sites/órgãos citados neste tópico.

4.2 - Os pagamentos serão feitos exclusivamente via depósito on-line sendo que para tanto deverá ser informado pela contratada os dados bancários pertinentes em nome da empresa contratada, antes da celebração de contrato.

4.3 - As despesas decorrentes das contratações deste certame serão abarcadas pelas seguintes dotações orçamentária

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	320	02.003.04.122.0002.2005	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

5 APERFEIÇOAMENTO DO OBJETO E EXECUÇÃO

5.1. Local: o objeto solicitado deverá ser entregue diretamente ao setor solicitante, no quadro urbano de Cel. Domingos Soares, à custa do contratado.

5.2. Prazo: o fornecimento total dar-se-á em até **12 Meses**.

5.2.1. A entrega deverá ser feita em até 5 Dias após emissão de requisição de compras, podendo ser solicitada de forma fracionada durante o período de execução do contrato, conforme necessidade do Departamento de Assessoria de Comunicação

5.3. Não serão dispensados quaisquer custos adicionais para transporte do objeto desse certame, visto que este ônus já está incluso no valor Máximo estipulado neste edital.

DIEGO ARGENTA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

026

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO - PREGÃO __/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pela Prefeita _____, de CPF nº _____ em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede a _____, em _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato devidamente representada por _____ de CPF _____.

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 40/2022, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal, nas seguintes condições e especificidades:

1.2

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço ajustado para aquisição/execução do objeto da licitação e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R\$ _____, respeitados os valores individuais descritos na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, a contar de sua assinatura, e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação, por extrato do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES

4.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

4.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do valor devido para o fornecimento ou execução do objeto deste edital, será realizado até o décimo quinto dia do mês subsequente àquele em que se deu a entrega ou execução, após objeto(s) devidamente aceito(s). Os pagamentos serão efetuados através das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	320	02.003.04.122.0002.2005	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

PARAGRAFO PRIMEIRO - Em recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA e exclusivamente através de depósito bancário diretamente na conta do favorecido sendo a mesma. Não serão efetuados pagamentos em cheques e/ou dinheiro.

PARAGRAFO TERCEIRO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada, emitente da fatura.

PARAGRAFO QUARTO - As Notas Fiscais deverão ser entregues na Prefeitura, no endereço já declinado no preâmbulo da presente, contendo a descrição processo licitatório bem como modalidade correspondente. As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

027

do e-mail licitapmcds@gmail.com e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade.

PARAGRAFO QUINTO – Notas fiscais, quando emitidas, devem ater-se ao departamento para o qual foi destinado objeto havendo 3 possibilidade a saber:

- a. Para o setor municipal de saúde: Fundo Municipal de Saúde de Cel. Domingos Soares, av Araucária, sn, CNPJ 08899631/0001-04, isento de inscrição estadual;
- b. Para o setor municipal de ação social: Fundo Municipal de Assistência Social de Cel Dom Soares, av Araucária, sn, CNPJ 14689536/0001-70, isento de inscrição estadual;
- c. Para os demais setores da administração: Município de Cel Domingos Soares, Av Araucária, 3120, CNPJ 01614415/0001-18, isento de inscrição estadual.

PARAGRAFO SEXTO - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

PARAGRAFO SÉTIMO – Somente serão efetuados os pagamentos das Notas Fiscais que estiverem acompanhadas das respectivas autorizações de compras emitidas pelo Departamento de Compras, as Notas Fiscais que não estiverem acompanhadas destas autorizações não serão recebidas, portanto somente o Departamento de Compras é autorizado a solicitar os produtos e o fornecedor não deverá entregar qualquer item que seja solicitado por terceiros ainda que vinculados a administração municipal.

PARÁGRAFO OITAVO – Pactuam as partes, em comum acordo, que nenhum pagamento, no âmbito deste contrato, deverá ser efetivado ao contratado caso este não comprove, junto a cada nota fiscal emitida em desfavor do contratante, sua condição de regularidade fiscal perante a Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, O FGTS e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidões negativas e/ou certidões positivas com efeitos de negativa. Esta pactuação das partes visa condicionar o contratado a manter durante o curso da prestação dos serviços ou da entrega de bens a condição de regularidade comprovada pelo mesmo por ocasião da participação na licitação.

- a. O contratado reconhece, desde já, que a eventual retenção de pagamentos pela não satisfação do pactuado neste parágrafo não será reconhecida como retenção indevida.
- b. O contratante se reserva, ainda, o direito de suspender a prestação de serviços ou o fornecimento de bens bem como não mais receber notas fiscais do contratado caso este deixe de cumprir o previsto neste parágrafo.

CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

6.1 O prazo total de entrega/execução será de **12 Meses**, podendo ser prorrogado de conformidade com o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. Das especificações complementares ao objeto:

6.2.1. Para o Item 01: O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. Além da divulgação das matérias e publicidade em caderno interno, deverá ser dedicada uma página inteira, quando necessário, para informativos exclusivos da contratante. Toda edição deverá conter uma matéria na capa, a ser escolhida pela contratante. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição.

6.2.2. Para o Item 02: O veículo de comunicação deverá contar com circulação no município de Coronel Domingos Soares, não sendo obrigatória, porém, sua impressão no mesmo. As publicações legais deverão ocorrer em caderno interno, preferencialmente no setor de Classificados, com fonte de tamanho não inferior a 8 na cor preta. No mínimo 25 exemplares de cada edição deverão ser entregues a contratante gratuitamente na Assessoria de Comunicação até o fim do horário de expediente da contratante no dia inicial de vigência da edição. A contratada deverá publicar todos os atos legais que lhe forem enviados, independentemente da extensão dos conteúdos, sem ônus adicionais para o Município.



6.3 A entrega deverá ser feita em até 5 Dias dias após emissão de requisição de compras, podendo ser solicitada de forma fracionada durante o período de execução do contrato, conforme necessidade do Departamento de Assessoria de Comunicação.

PARAGRAFO PRIMEIRO - É vedado à empresa vencedora executar o objeto sem emissão de ordem de compra/fornecimento expedida pelo _____, sob pena de não reconhecimento das mesmas;

PARAGRAFO SEGUNDO - É vedada a empresa vencedora interromper a entrega e/ou execução do objeto por qualquer motivo, sem aviso prévio antecipado e de no mínimo 05 (cinco) dias do referido ato, sob pena de não aceitação do mesmo e aplicação de sanções administrativas;

PARAGRAFO TERCEIRO - A empresa vencedora será única e exclusiva responsável pelo atendimento das legislações: fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, ambientais, equipamentos de proteção individual e seguros em geral;

PARAGRAFO QUARTO - A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho;

PARAGRAFO QUINTO - É vedada a empresa vencedora transferir ao outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

PARAGRAFO SEXTO - Todo objeto entregue e/ou executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

PARAGRAFO SÉTIMO - O objeto será solicitado à empresa vencedora, pelo(a) _____ desta municipalidade conforme solicitação interna do depto de origem.

PARAGRAFO OITAVO - A não entrega e/ou execução no prazo anteriormente estipulado será considerada como desistência, podendo a administração pública, indicar o próximo colocado nos itens que ganhou o primeiro, para a entrega e/ou execução, nas mesmas condições oferecidas pelo primeiro colocado, nos termos da legislação vigente;

PARAGRAFO NONO - O prazo de garantia dos produtos fornecidos deverá ser de, no mínimo, três meses para materiais de consumo e de um ano para materiais permanentes e/ou duráveis, contados da data de recebimento pelo Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber e fazer cumprir o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todos os meios para que a contratada possa entregar e/ou executar o objeto dentro das normas estabelecidas;
- b) Proceder à conferência do objeto, certificando-se de que atende as especificações descritas neste contrato;
- c) Efetuar o pagamento ajustado;
- d) Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para configurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;
- e) Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com referência ao fornecimento e/ou execução do objeto.
- f) Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- g) Solicitar o objeto, através de Autorização de Fornecimento devidamente assinada.
- h) Exigir a apresentação de notas fiscais, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem: as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de outros compromissos que exijam tais comprovações.



029

**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

i) A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros, intermediários ou quaisquer outros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Responsabilizar-se pela emissão de Nota Fiscal eletrônica, ficando ciente que o Departamento Compras não receberá a Nota que descumprir a legislação pertinente a matéria e o pagamento ficará pendente até a regularização da situação.

c) A CONTRATADA atenderá o presente contrato, obrigando-se a efetuar a entrega e/ou execução do objeto atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, a segurança e o interesse público.

d) Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do mesmo.

e) A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será de responsabilidade do Contratado o pagamento de toda e qualquer situação decorrente da execução do objeto da licitação a que se refere o presente contrato, inclusive eventuais reclamatórias trabalhistas que venham a ser formuladas decorrentes dessa respectiva execução.

CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA POR INADIMPLENCIA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, a CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

PARAGRAFO PRIMEIRO - ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, nos seguintes casos:

1.1.1. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

1.1.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

1.1.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

1.1.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

1.1.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

1.2.1. Quando a licitante se recusar a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

030

1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

PARAGRAFO SEGUNDO - MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

1.1. Nos casos de atrasos:

1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

1.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

1.1.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2;

1.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

1.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a

oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando houver;

1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATADA em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 1.2.3 do Parágrafo primeiro e 1.1. do Parágrafo segundo.

PARAGRAFO TERCEIRO - SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:



1.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.1.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

1.1.3. Por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

1.1.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

1.1.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

1.1.3.3. Receber qualquer das multas previstas no parágrafo segundo e não efetuar o pagamento.

1.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

1.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

1.2.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

1.2.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

1.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial Do Município e registrada no Tribunal de Contas Estadual - TCE.

PARAGRAFO QUARTO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo(a) Prefeito(a) Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

PARAGRAFO QUINTO - Disposições gerais

As sanções previstas nos parágrafos terceiro e quarto poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.2. Do direito de defesa

1.2.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

1.2.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

1.2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

1.2.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar:

1.2.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

032

1.2.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

1.2.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

1.2.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

1.2.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção nos locais competentes.

1.3. Do assentamento em registros

1.3.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Município as sanções aplicadas com fundamento nos itens Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

1.4. Da sujeição a perdas e danos

1.4.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a CONTRATADA pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

PARÁGRAFO SEXTO – DA RESCISÃO

1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses:

a) infringência de qualquer obrigação ajustada.

b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.

c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.

d) os demais mencionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA, indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

033

envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o extrato do presente Contrato será publicado pela municipalidade em seu Diário Oficial Eletrônico, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, e em outras referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo nº 87 da Lei 8.666/93.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES

As condições estabelecidas no edital do Processo Licitatório e na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da direção do(s) departamento(s) requerente(s) da licitação que deu origem a este Termo.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

PARAGRAFO SEGUNDO - A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá ao Departamento de _____, através do Sr(a) _____ que determinará(ão) o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo gestor por este indicado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As fiscalizações/inspeções serão documentadas, através de Relatórios elaborados pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Palmas, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

034

da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Cel. Domingos Soares-PR _____, em ____ de _____ de 2022

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(assinatura e n° do CPF)

(assinatura e n° do CPF)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

035

Demais modelos auxiliares:

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA "_____", com sede na Rua _____, n.º _____, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada, neste ato, por seu administrador _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado em _____, nomeia e constitui seu representante _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG n.º _____, e do CPF n.º _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão n.º 40/2022 -PMCDs, instaurado pelo Município de Cel. Domingos Soares-PR, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente-com firma reconhecida se instrumento particular)



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

036

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver), número de CNPJ

Edital de Licitação Pregão 40/2022_

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

037

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se
tiver), número de CNPJ

Edital de Licitação Pregão 40/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geograficas e topograficas para o cumprimento das obrigações da licitação vez que o objeto deverá ser entregue/executado no endereço e nas condições previstas no Anexo I do edital licitatório.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

038

Papel timbrado do emitente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver),
número de CNPJ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fim de participação em Licitação, que a pessoa jurídica
_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede a
_____, é FORNECEDORA IDÔNEA, no fornecimento/execução
_____ atendendo sempre os prazos estipulados e a especificação dos itens
adquiridos e/ou objetos executados, nos tendo fornecido em ____/____/____ o equipamento
_____ na quantia de ____ unidades e/ou prestado serviços entre as datas de
____/____/____ e ____/____/____.

Atestamos ainda, que os equipamentos foram entregues corretamente ou os serviços
executados de acordo e em prazo estipulado, assim como a qualidade do executado/entregue
pôde ser considerada satisfatória, suprimindo as necessidades e expectativas que tínhamos
inicialmente.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Assinatura do Representante da empresa (cliente) que forneceu o Atestado)
(com firma reconhecida caso emitida por pessoa jurídica de direito privado)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

039

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver), número de CNPJ

Edital de Licitação Pregão 40/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____

DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Presencial nº 40/2022 da Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares - PR, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Declaramos ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 32, §2º e art. 97 da Lei 8666/93, e suas alterações, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, ____ de ____ de ____ de ____
_____, em ____ de ____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)

Obs. Esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, no ato de credenciamento.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

040

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se
tiver), número de CNPJ

MODELO DECLARAÇÃO CNAE

Ref.: PREGÃO Nº. 40/2022

A empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida
a _____, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação
completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE
que representa a atividade de maior receita é _____ (código) -
_____(descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

041

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver), número de CNPJ

MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

Ref.: PREGÃO 40/2022

A pessoa jurídica (inserir nome da proponente), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (inserir o nome completo), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (inserir o número) e do CPF sob o nº (inserir o número), DECLARA, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de PREGÃO Nº ____/2022 -PMCDs, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa. Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745 / 2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



PARECER JURÍDICO Nº 357/2022

Processo Administrativo nº: 087/2022

Interessado: Departamento de Licitações e Compras

Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão, seus anexos e minuta de contrato.

Recebe este(a) Procurador(a), pedido de parecer encaminhado pela Pregocira do Município, relativo ao **Processo Administrativo de Licitação nº 087/2022**, que trata da abertura de licitação na modalidade **Pregão nº 40/2022, em disputa presencial por item**, visando a **contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações legais da municipalidade, em jornal impresso de circulação ao menos semanal**.

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja **pregão**, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

1. Do relatório:

O processo teve início com a requisição formulada pela direção do departamento interessado, de **Assessoria de Comunicação Social**, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão em Termo de Referência, acompanhado de três cotações de pessoas jurídicas do ramo, além de pormenorizar as condições em que deseja que a disputa se desenvolva, enfatizando a escolha da modalidade **pregão presencial**.

A requisição foi recepcionada pelo setor de Licitações, que na sequência instruiu o processo administrativo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

O setor Contábil apontou, em sua manifestação, as dotações orçamentárias que suportarão as despesas que poderão advir da futura contratação do objeto, consoante LOA de 2022.

A autoridade superior, Sr. Prefeito, além de outras definições, estipulou que o certame se dará pela modalidade **pregão**, determinando que a disputa deverá ocorrer através da via **presencial**, selecionando o **menor valor por item**.

Consoante valor do objeto, a Sra. Pregoeira definiu que a participação dos licitantes se dará de forma **ampla**, ou seja, em razão dos valores, **não** aplicar-se-á o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e inciso I do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009.

Foi elaborada a minuta do edital na modalidade **Pregão**, bem como do respectivo contrato, para atendimento das necessidades do setor interessado, que ora são submetidas à apreciação Jurídica.



MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.614.415/0001-18

Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



2. Da análise da escolha da modalidade:

Consoante documentos acostados aos autos até este momento, ainda que de forma sucinta, embasam estes os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório, em linhas gerais. Quanto à adoção da modalidade Pregão para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações. A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pela leitura supra, o objeto do processo em análise pode ser classificado como “comum”, assim já entendido pela Sra Pregoeira. Verifica-se que, mesmo sendo objeto com várias peculiaridades de execução/fornecimento, sua descrição foi pormenorizada no Anexo I do edital prevendo, na medida do possível imaginável, as necessidades do serviço público. A apreciação destas peculiaridades do objeto não é afeita, lato sensu, à análise jurídica, visto que os Procuradores não tem conhecimento técnico na área abordada tampouco detém competência legal para tal, cujas especificidades decorrem da demanda firmada pelo assessor de comunicação social, Sr Diego Argenta.

Nesta esteira e observadas as ressalvas anteriores, não se verifica, a princípio, óbice que comprometa a utilização da modalidade Pregão para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração, salvo o aparecimento, no curso do processo, de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que merecerão análise oportuna e em apartado, se assim for solicitado aos procuradores.

Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

Cabe pequena ressalva de que quando houver aplicação de recursos da União ou do Estado do Paraná decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, consoante Decreto 10024/2019 da União aliado ao que disciplinou inicialmente o Estado do Paraná via Decreto 4880/2001 e mais adiante pela Lei Estadual 15117/06 e 15608/07, as licitações, respeitadas suas exceções, deverão ocorrer, obrigatoriamente, na modalidade pregão, cuja disputa deverá ser operada pela via eletrônica.

Ainda, quando houver aplicação de recursos da União e do Estado, nos moldes já descritos no parágrafo anterior, a publicação dos extratos do certame e seus eventuais contratos deverão ocorrer, também, nos diários dos respectivos entes federados (Diário Oficial



MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.614.415/0001-18
Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



da União ou do Estado do Paraná, respeitados os regramentos específicos quando os editais forem geridos pelo PARANACIDADE e Caixa Econômica Federal).

2.1 Da forma de disputa

A autoridade superior optou pela realização da disputa do presente certame na sua configuração “presencial”, todavia nos cumpre opinar que, quando da adoção da via presencial, seja configurada em edital aparte de justificação para a escolha desta via em detrimento da via “eletrônica”. Esta recomendação se deve ao fato de que o fluxo dos processos de licitação já se encaminham, de longa data, para seu desenvolvimento eletrônico fato que se consagrará ainda mais quando da efetivação da Lei Federal 14133/21 (Nova Lei de Licitações), já em vigor mas com aplicação ainda limitada.

Neste diapasão, pelo manuseio do Instituto da Licitação, o Poder Público promove a seleção da melhor proposta oferecida pelos particulares, para celebração de um contrato. Dentro da modalidade licitatória constante no edital da Administração Pública, a proposta selecionada deverá atender aos requisitos do instrumento convocatório, a qual deverá atender melhor o interesse público.

O Município de Coronel Domingos Soares utilizou a modalidade de pregão ainda no ano de 2005, já adotando, à época, a via eletrônica para a aplicação de recursos originários da União, consoante previa, à época, o Decreto Federal 5450/2005. No curso do tempo com o advento de melhorias nos sistemas de comunicação e de transmissão de dados cada vez mais se implementou contratações através de pregão em sua via eletrônica, tendo este Município realizado os seguintes números, recentemente:

Ano	Nº pregões	Nº presencial	Nº eletrônico
2021	102	66	35
2022	35	05	30

Percebe-se nítida a salutar evolução dos números dos processos de pregão eletrônico realizados no Município, evoluindo de 34% do todo em 2021 para 85% neste corrente ano de 2022 (números até início de maio). Obviamente que não se pode almejar a totalidade dos pregões em sua via eletrônica mesmo quando da utilização da nova lei de licitações 14133/21, visto que certos itens/objetos, dadas as peculiaridades, ainda ensejarão uma vantajosidade para a administração pública se contratados através de disputa presencial.

Obviamente, que a definição desta ou daquela modalidade licitatória ou da ferramenta tecnológica que será adotada para gerir a disputa no processo não cabe ao Procurador Municipal e sim a equipe técnica da administração consoante definições inseridas na fase interna da licitação aliado as motivações, fundamentos e propósitos que ensejam a demanda. Os chamados atos de gestão que são aperfeiçoados pelas escolhas dos gestores das pastas administrativas bem como pela autoridade superior, consoante as peculiaridades de cada situação que, por vezes, não são do alcance dos aspectos jurídicos do tema. Desta Norma (Lei 10520) cabe destacarmos o contido em seu terceiro artigo que diz respeito a fase preparatória dos certames, senão vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:



I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

(...)

Como dito alhures, a responsabilidade pela justificação da necessidade de contratação, definição do objeto do certame, exigências de habilitação, critérios de aceitação das propostas, sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento, são de competência da autoridade, sendo desta também a competência por definir pregoeiro e equipe de apoio que atuarão no momento da recepção das propostas e da disputa de preços e não menos importante, também os que serão responsabilizados quando da ocorrência de ilegalidades e/ou irregularidades.

A disputa de pregão pela forma eletrônica já foi alvo de manifestação pelo TCE PR, no âmbito do pré-julgado 27/2019, tendo sido este particular abordado, também, em seu “Manual de Licitações”, editado em 2021, no questionamento 62, observemos a transcrição:

O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR orienta para a utilização do pregão eletrônico?

Deve-se utilizar a ferramenta Comprasnet do Governo Federal?

Sim. O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR35 orienta para a utilização do pregão eletrônico e, de forma mais ampla, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda a utilização do Comprasnet pelos municípios do Estado.

Assim, com vistas sempre a ampliar a participação e angariar a proposta mais vantajosa para a administração pública, opinamos para que se opte, sempre que possível, pela via de disputa eletrônica de realização dos pregões da municipalidade.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações – 8666/93. Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:



- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo:
 - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
 - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
 - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
 - d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
 - e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

De outra via o art. 55 da Lei 8.666/93 regula quais requisitos mínimos a serem previstos em contratos administrativos, quando celebrados:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;



VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.(...)

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a formatação do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93, ambos supracitados, destacando-se a objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e habilitação, julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

4. Conclusão

Por todo o breve exposto:

4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade “pregão” para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela anuência para com a minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*, além de se levar em alta conta o opinativo contido no item 2.1;

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito - oportunidade, motivação, definição qualitativa/quantitativa do objeto, contornos técnicos do futuro contratado e conveniência do pedido - constituem análise técnica do setor solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minuta de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares/PR, 29 de junho de 2022.


Neyza Japara Ribeiro da Silva
Procuradora OAB/PR 99005
Portaria 138/2019



PARECER CONTROLE INTERNO N° 160/2022

FINALIDADE: contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações legais da municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal no Município de Coronel Domingos Soares.

I-DOS FATOS: Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº87/2022 Pregão Presencial nº 40/2022, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações legais da municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal no Município de Coronel Domingos Soares.

Em justificativa, se faz necessário a contratação para dar publicidade aos atos da administração Municipal amplamente, em diversos e diferentes meios de comunicação como é o caso de jornal impresso, disponibilizado em vários lugares para acesso a leitura da população.

II-DO CONTROLE INTERNO: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete". Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

III-PRELIMINARMENTE: Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações legais da municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal no Município de Coronel Domingos Soares.

IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:

- a) processo com Justificativa e fundamentação.
- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

049

- c) termo de referência;
- d) 03 proposta de Preço;
- e) Parecer Contábil;
- f) parecer Jurídico;

V - DA FUNDAMENTAÇÃO: Considerando a necessidade da contratação e baseada na LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, diante da apresentação com clareza dos documentos relacionado ao objeto e justificativa plausível, considero regular a contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações legais da municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal no Município de Coronel Domingos Soares. Desta feita, retomem-se os autos ao departamento de administração, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 30 de junho de 2022.

Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 40/2022 – Presencial.

Objeto: Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal. Fornecimento: 12 Meses. Propostas e habilitação: protocolo até as 10h do dia 15/07/2022 no setor de protocolo da municipalidade e credenciamento de representantes/ início da etapa de lances a partir das 10:30 do dia 15/07/2022 no Centro Administrativo Adão Reis. Edital e anexos no site <http://www.pmcps.pr.gov.br/> ou direto na Av Araucária, 3120, divisão de licitações. Rafaela Schereiner – Pregoeira.

04/07/2022

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT

DOC. IDENTIDADE / CÔD. EMISSOR / UF
5768723-0 GESP PR

CPF
026.765.689-06

DATA NASCIMENTO
02/12/1976

RELACÃO
SILMO ALLEBRANDT
HELGA ALLEBRANDT

PERMISSÃO
ACC CAT. HABIL
A.D.

Nº REGISTRO
01491715817

VALIDADEZ
12/04/2024

1ª HABILITAÇÃO
19/10/1995

OBSERVAÇÕES

LOCAL
PALMAS, PR

DATA EMISSÃO
13/04/2019

ASSINATURA DO EMISSOR
96055829928
PR016140661

PARANÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1860828191

PROIBIDO PLASTIFICAR
1860828191

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL
DOMINGOS SOARES - PR

CONFERE COM O ORIGINAL
EM 15/03/22

NOME LEGÍVEL

Coronel Domingos Soares

CS

CS

A, LTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT, brasileiro, nascido em 02 de dezembro de 1976, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, **CPF 026 765 689-06**, cédula de identidade nº **5.789.723-0** emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, domicílio e residência a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.240, bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000 e,

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, nascida em Palmas Pr., aos 30 dias do mês de setembro de 1973, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, **CPF 900 537 889-15**, Cédula de Identidade nº **5.205.162-2** expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, residência e domicílio a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.240, Bairro Santa Cruz Palmas Pr., CEP 85.555-000.

Únicos sócios da sociedade limitada denominada **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**, com sede na Rua Professor Vergílio Ferreira, 2240 bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE **41205922582** em seção de 25 de abril de 20076, inscrita no CNPJ sob o nº **08 815 942/0001-30** resolvem, assim, alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto social da empresa que era Edição de Jornais, passará de ora em diante para: **EDIÇÃO DE JORNAIS; EMISSORA DE TELEVISÃO ABERTA; REDE DE TELEVISÃO ABERTA; ATIVIDADE DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMISSORA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMPRESA DE NEGOCIAÇÃO DE PROGRAMA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EXCETO POR PROGRAMADORAS; SERVIÇOS DE RETRANSMISSÃO, TRANSPORTE DE SINAIS SONS E IMAGENS DOS CANAIS DE TELEVISÃO ABERTA; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA A CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA MICROONDAS; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR SATÉLITE; COLOCAÇÃO EM NOME DE CLIENTES EM JORNAIS, REVISTAS, RÁDIO, TELEVISÃO E INTERNET MATERIAL PUBLICITÁRIO, ANÚNCIOS; ALUGUEL, LOCAÇÃO DE TELEVISOR, TELEVISÃO; INTERMEDIACÃO NA VENDA DE ASSINATURAS DE TELEVISÃO POR CABO, POR SATÉLITE OU POR MICROONDAS; ATIVIDADES DE APRESENTADORES DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO E RÁDIO; SORTEIO, VIA TELEVISÃO, TELEFONE, REVISTA; REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE TELEVISÃO E DE VIDEO DE USO PROFISSIONAL; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EXECUTADA POR UNIDADE ESPECIALIZADA EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES DE RÁDIO E TELEVISÃO; MANUTENÇÃO DE, REPARAÇÃO DE, CONCERTOS DE TELEVISÃO, TELEVISOR, TV; SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA DE TURISMO; AGÊNCIA DE TURISMO; VENDA DE VIAGEM DE TURISMO; SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE TURISMO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE PACOTES DE TURISMO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE TURISMO; VENDA DE TÍTULOS DE HOTÉIS PARA TURISMO; SERVIÇOS DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA.**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

CLÁUSULA SEGUNDA – À vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei 10.406/2002, as sócias resolvem por este instrumento atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei 10.406/2002, aplicáveis a este tipo de societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT, brasileiro, nascido em 02 de dezembro de 1976, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, **CPF 026 765 689-06**, cédula de identidade nº **5.789.723-0** emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, domicílio e residência a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.250, bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000 e,

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, nascida em Palmas Pr., aos 30 dias do mês de setembro de 1973, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, CPF 900 537 889-15, Cédula de Identidade nº 5.205.162-2 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, residência e domicílio a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.240, Bairro Santa Cruz Palmas Pr., CEP 85.555-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob o nome empresarial **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**, com sede na **rua Sete de setembro 2.240 esquina rua Professor Vergílio Ferreira, bairro Santa Cruz, 85.555-000 Palmas Pr.**

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto social é ramo de: **EDIÇÃO DE JORNAIS; EMISSORA DE TEVISÃO ABERTA; REDE DE TELEVISÃO ABERTA; ATIVIDADE DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMISSORA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMPRESA DE NEGOCIAÇÃO DE PROGRAMA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EXCETO POR PROGRAMADORAS; SERVIÇOS DE RETRANSMISSÃO, TRANSPORTE DE SINAIS SONS E IMAGENS DOS CANAIS DE TELEVISÃO ABERTA; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA A CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA MICROONDAS; TRNAMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR SATÉLITE; COLOCAÇÃO EM NOME DE CLIENTES EM JORNAIS, REVISTAS, RADIO, TELEVISÃO E INTERNET MATERIAL PUBLICITÁRIO, ANUNCIOS; ALUGUEL, LOCAÇÃO DE TELEVISOR, TELEVISÃO; INTERMEDIACÃO NA VENDA DE ASSINATURAS DE TELEVISÃO POR CABO, POR SATÉLITE OU POR MICROONDAS; ATIVIDADES DE APRESENTADORES DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO E RÁDIO; SORTEIO, VIA TELEVISÃO, TELEFONE, REVISTA; REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE TELEVISÃO E DE VIDEO DE USO PROFISSIONAL; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EXECUTADA POR UNIDADE ESPECIALIZADA EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES DE RÁDIO E TELEVISÃO; MANUTENÇÃO DE, REPARAÇÃO DE, CONCERTOS DE TELEVISÃO, TELEVISOR, TV; SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA DE TURISMO; AGÊNCIA DE TURISMO; VENDA DE VIAGEM DE TURISMO; SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE TURISMO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

PROGRAMAS DE TURISMO; VENDA DE TÍTULOS DE HOTÉIS PARA TURISMO; SERVIÇOS DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, dividido em 500 (quinhentas) quotas de valor nominal R\$ 100,00 (cem reais), cada, integralizadas, assim subscritas:

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT: 495 (quatrocentas e noventa e cinco) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma perfazendo a importância de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil, quinhentos reais)** integralizadas em moeda corrente do país.

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT: 05 (cinco) quotas de R\$ 100,00 (cem reais), cada perfazendo a importância de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** integralizadas em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em 25 de abril de 2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - Às quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - A sociedade será administrada pelo sócio **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT**, com os poderes e atribuições de gerir a sociedade, autorizando o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término do exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas na presença de um contador e designarão administrador se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os sócios poderão prestar serviços à sociedade, perceberão a título de remuneração Pró Labore quantia mensal fixada em comum observada às



ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, à sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada no balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador e/ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia de reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e de decisão será a maioria simples do capital social, nos prazos em que a lei não exigir quorum maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra na situação de microempresa; que o valor de receita bruta anual da sociedade, não excedeu no exercício anterior o limite fixado no inciso I do artigo 3º da lei complementar nº 123/2006, observado o disposto no paragrafo 2º; que a sociedade não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no paragrafo 4º do artigo 3º da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro de Palmas Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração em 01 via.

Reconhecimento de
 firma no verso
 PALMAS PR., 25 de setembro de 2020.
 CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT
 RG 4.644.448-5 - SSP - PR
 JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT
 RG 4.474.175-0 - SSP - PR



— RECONHECIMENTO DE FIRMA 157448 —

Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de: (1) JANETE DE FATIMA
MENDES ALLEBRANDT, (2) CIBENE CRISTIAN ALLEBRANDT
Palmás-PR, 01 de outubro de 2020.

Em test. da verdade.

ALEXANDRA CRISTINA SCHNEIDER CONSOLI - Escrevente Juramentada

Emolumentos: R\$ 16,82(3,06) + Selo: R\$ 0,80 - Total: R\$ 17,62

SELO DIGITAL N° bhjGf.3E14r.hAAvt. Controle: 7pMLK.XNHE3. Consulte em

<http://funarpen.com.br/>

Alexandra C. Schneider Consoli

Escrevente Juramentada



CERTIFICO O REGISTRO EM 09/10/2020 10:02 SOB N° 20205823505.
PROTOCOLO: 205823505 DE 06/10/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12004846168. CNPJ DA SEDE: 08815942000130.
NIRE: 41205922582. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/09/2020.
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: A FOLHA DO SUDOESTE LTDA		Protocolo: PRC2212050699																			
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada																					
NIRE (Sede) 41205922582	CNPJ 08.815.942/0001-30	Data de Ato Constitutivo 25/04/2007	Início de Atividade 25/04/2007																		
Endereço Completo Rua SETE DE SETEMBRO, Nº 2240, ESQUINA PROF VIRGILIO FERREIRA, SANTA CRUZ - Palmas/PR - CEP 85555-000																					
Objeto Social EDICAO DE JORNAIS EMISSORA DE TELEVISAO ABERTA REDE DE TELEVISAO ABERTA ATIVIDADE DE DIFUSAO DE PROGRAMAS DE TELEVISAO POR ASSINATURA EMISSORA DE TELEVISAO POR ASSINATURA EMPRESA DE NEGOCIACAO DE PROGRAMA DE TELEVISAO POR ASSINATURA EXCETO POR PROGRAMADORAS SERVICOS DE RETRANSMISSAO, TRANSPORTE DE SINAIS SONS E IMAGENS DOS CANAIS DE TELEVISAO ABERTA TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA A CABO TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA POR CABO TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA MICROONDAS TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA POR SATELITE COLOCACAO EM NOME DE CLIENTES EM JORNAIS, REVISTAS, RADIO, TELEVISAO E INTERNET MATERIAL PUBLICITARIO, ANUNCIOS ALUGUEL, LOCACAO DE TELEVISOR, TELEVISAO INTERMEDIACAO NA VENDA DE ASSINATURAS DE TELEVISAO POR CABO, POR SATELITE OU POR MICROONDAS ATIVIDADES DE APRESENTADORES DE PROGRAMAS DE TELEVISAO E RADIO SORTEIO, VIA TELEVISAO, TELEFONE, REVISTA REPARACAO E MANUTENCAO DE CAMERAS DE TELEVISAO E DE VIDEO DE USO PROFISSIONAL MANUTENCAO E REPARACAO EXECUTADA POR UNIDADE ESPECIALIZADA EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES DE RADIO E TELEVISAO MANUTENCAO DE, REPARACAO DE, CONCERTOS DE TELEVISAO, TELEVISOR, TV SERVICOS DE ASSESSORIA TECNICA DE TURISMO AGENCIA DE TURISMO VENDA DE VIAGEM DE TURISMO SERVICOS DE OPERACAO DE TURISMO SERVICOS DE ORGANIZACAO DE PACOTES DE TURISMO SERVICOS DE ORGANIZACAO DE PROGRAMAS DE TURISMO VENDA DE TITULOS DE HOTEIS PARA TURISMO SERVICOS DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA ATIVIDADE DE EXIBICAO CINEMATOGRAFICA.																					
Capital Social R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)		Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado																		
Dados do Sócio <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>CPF/CNPJ</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT</td> <td>900.537.889-15</td> <td>R\$ 500,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td>Indeterminado</td> </tr> <tr> <td>CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT</td> <td>026.765.689-06</td> <td>R\$ 49.500,00</td> <td>Sócio</td> <td>S</td> <td>Indeterminado</td> </tr> </tbody> </table>				Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT	900.537.889-15	R\$ 500,00	Sócio	N	Indeterminado	CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	R\$ 49.500,00	Sócio	S	Indeterminado
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																
JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT	900.537.889-15	R\$ 500,00	Sócio	N	Indeterminado																
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	R\$ 49.500,00	Sócio	S	Indeterminado																
Dados do Administrador Nome CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT		CPF 026.765.689-06	Término do mandato Indeterminado																		
Último Arquivamento Data 09/10/2020		Número 20205823505	Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO																		
			Situação ATIVA Status SEM STATUS																		

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/07/2022, às 08:53:47 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código XCVHJZHF.



PRC2212050699

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral



058
A FOLHA DO SUDOESTE

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ: 08.815.942/0001-30

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863

E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR

Edital de Licitação Pregão Presencial 40/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO


A FOLHA DO SUDOESTE LTDA inscrito no CNPJ nº 08.815.942/0001-30 por intermédio de sua representante legal o (a) Sr. CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT portador da Carteira de Identidade nº 5.789.723-0 e do CPF nº 026.765.689-06, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Eletrônico nº 19/2022 da Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares - PR, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Declaramos ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 32, §2º e art. 97 da Lei 8666/93, e suas alterações, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

CNPJ: 08.815.942/0001-30

**A Folha do Sudoeste
Ltda - ME**


A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

Rua: Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INTERIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CAMIÃO NACIONAL DE FAMILIARIDADE

JOCEMAR FERREIRA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
7897607-1 SESP PR

CH 842.482.709-00 DATA NASCIMENTO 07/03/1976

FILIAÇÃO
PEDRO FERNANDO DA SILVA
MARGARIDA FERREIRA DA SILVA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AB

REGISTRO 01987169185 VIGÊNCIA 04/03/2026 1ª HABILITAÇÃO 23/01/1997

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2196053090

PROIBIDO PLASTIFICAR
2196053090

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO 04/03/2021

LOCAL PALMAS, PR

ASSINATURA DO EMPREGADOR

43642463404
PR918620319

PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE CORONEL
DOMINGOS SOARES - PR

CONFERE COM O ORIGINAL
EM 15/07/2022
NOME LEGÍVEL



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certidões que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: J. F. DA SILVA - JORNAL			Protocolo: PRC2212074192
Natureza Jurídica: Empresário (Individual)			
NIRE (Sede) 41105474642	CNPJ 05.492.421/0001-09	Arquivamento do Ato de Inscrição 21/01/2003	Início de Atividade 02/02/2003
Endereço Completo Rua MARECHAL DEODORO, Nº 1709, DISSENHA-Palmas/PR- CEP85555-000			
Objeto EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO DE JORNAIS NAO DIARIOS.			
Capital R\$ 10.000,00 (dez mil reais)			Porte ME (Microempresa)
Último Arquivamento Data 13/01/2021	Número 20208008314	Ato/eventos 002 / 022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	Situação ATIVA Status SEM STATUS
Nome do Empresário: JOCEMAR FERREIRA DA SILVA Identidade: 78976071 Estado civil: SOLTEIRO(A) CPF: 842.482.709-00 Regime de bens: NÃO INFORMADO			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 13/07/2022, às 09:56:04 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código 5PVJA11X.



PRC2212074192

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

JORNAL DESTAQUE REGIONAL

J.F. DA SILVA – JORNAL
Rua Marechal Deodoro, 1709
Bairro Dissenhha Palmas – Pr
CEP: 85.555-000
CNPJ: 05.492.421/0001-09
Fone: (46) 98402-7527

061

À Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR


Pregão: 40/2022

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO

A empresa **J.F. DA SILVA – JORNAL**, empresa individual de direito privado, situada a Rua Marechal Deodoro, nº 1709, Bairro Dissenhha, na Cidade de Palmas – Pr, inscrita no CNPJ: 05.492.421/0001-09, por intermédio de seu representante legal o Sr. **JOCEMAR FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, maior, solteiro, inscrito na Cádula de Identidade nº 78976071 do CPF nº 842.482.709-00, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Presencial nº 40/2022 da Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares - PR, **DECLARA** expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Declaramos ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 32, §2º e art. 97 da Lei 8666/93, e suas alterações, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Coronel Domingos Soares – Pr, 15 de julho de 2022


J.F. DA SILVA – JORNAL
JOCEMAR FERREIRA DA SILVA
CPF: 842.482.709-00

05.492.421/0001-09

J. F. Da Silva
Gráfica e Jornal - ME

Rua Marechal Deodoro, 1709
São José

85555-000 - Palmas - Pa. BR





062

A FOLHA DO SUDOESTE[®]

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ: 08.815.942/0001-30

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863

E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR

A empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 08.815.942/0001-30, estabelecida a Rua Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240, Santa Cruz, na Cidade de Palmas Paraná, através de seu signatário, a senhor CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT portadora (a) da Carteira de Identidade nº 5.789.723-0 e do CPF nº 026.765.689-06, representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que, CONFORME consta no Item 2.3 e 2.4 a empresa se compromete a cumprir integralmente a solicitação dos referidos itens.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

CNPJ: 08.815.942/0001-30

A Folha do Sudoeste
Ltda - ME

Rua: Seta de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500



A FOLHA DO SUDOESTE

063

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**CNPJ: 08.815.942/0001-30****INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863****E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR**

Processo Licitatório	87/2022												
Pregão Presencial	40/2022												
A Comissão de Licitação de Coronel Domingos Soares - Pr													
Razão Social	A Folha do Sudoeste Ltda												
CNPJ	08.815.942/0001-30												
Endereço	Rua Professor Virgílio Ferreira, nº 2240, Santa Cruz, Palmas -Pr.												
Telefone	(0**46)3263-2500												
E-mail	afolha@proserv.com.br												
Responsável pelo Contato	Cidenei Cristian Allebrandt												
Telefone do Responsável	(0**46)99115-1719												
Prazo de Entrega	Conforme Edital												
Prazo de Validade	60 Dias												
Valor Global da Proposta	R\$ 139.320,00												
Valor por Extensão da Proposta	Cento e Trinta e Nove Mil, Trezentos e Vinte Reais												
Declaro que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer ônus que porventura possam recair sobre o FORNECIMENTO do objeto da presente licitação e proponho-me a entregar os produtos, obedecendo ao edital de licitação.													
Observação	Declaro expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação e que aceito todas as exigências do Edital e de seus Anexos.												
Dados Bancários	<table><tr><td>Banco</td><td>Caixa Econômica Federal</td></tr><tr><td>Código do Banco</td><td>104</td></tr><tr><td>Agência</td><td>1319</td></tr><tr><td>Conta Corrente</td><td>1266-3</td></tr><tr><td>Cidade</td><td>Palmas</td></tr><tr><td>Estado</td><td>Paraná</td></tr></table>	Banco	Caixa Econômica Federal	Código do Banco	104	Agência	1319	Conta Corrente	1266-3	Cidade	Palmas	Estado	Paraná
Banco	Caixa Econômica Federal												
Código do Banco	104												
Agência	1319												
Conta Corrente	1266-3												
Cidade	Palmas												
Estado	Paraná												
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total							
01	Contratação de Serviço de Publicação e divulgação de publicações em jornal impresso, no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3	A Folha do Sudoeste	Serviço	12	R\$ 6.060,00	R\$ 72.720,00							
02	Contratação de Serviço de Publicação e divulgação de notícias e publicidade da municipalidade em jornal impresso, no mínimo uma edição semanal e com tamanho mínimo de página tipo A3	A Folha do Sudoeste	Serviço	12	R\$ 5.550,00	R\$ 66.600,00							
Total				R\$ 139.320,00									

Palmas, 15 de Julho de 2022

CNPJ: 08.815.942/0001-30

**A Folha do Sudoeste
Ltda - ME**Rua: Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas ParanáRua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

Município de Coronel Domingos Soares
Pregão Presencial 40/2022

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 05.492.421/0001-09 Fornecedor: J. F. DA SILVA - JORNAL E-mail: PADILHA84@HOTMAIL.COM Celular: 46984027527
Endereço: RUA MARCHEAL DEODORO 1709 - DISSENHA - Palmas/PR - CEP 85555-000 Telefone: 85555-0000 Fax: Telefone contador: 4632623593

Inscrição Estadual: ISENTO Contador: DELISE LUSTOSA SANTOS PADILHA RG: 78976071

Representante: JOCEMAR FERREIRA DA SILVA CPF: 842.482.709-00 Telefone representante: 46984027527

Endereço representante: RUA MARCHEAL DEODORO 1709 - DISSENHA - Palmas/PR - CEP 85555-000

E-mail representante: PADILHA84@HOTMAIL.COM

Banco: 756 - BANCOOB

Agência: 306-6 - SIBOOB - Palmas/PR

Conta: 14586-6

Data de abertura: 03/07/2015

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LEGAIS EM JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.	12,00	SERV	6.066,66	DESTAQUE REGIONAL	JORNAL	6.052,00	72.624,00
002	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE DA MUNICIPALIDADE EM JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.	12,00	SERV	5.566,66	DESTAQUE REGIONAL	JORNAL	5.560,00	66.720,00
PREÇO TOTAL DO LOTE:							139.344,00	
TOTAL DA PROPOSTA:							139.344,00	

Validade da proposta: 60 dias
Prazo de entrega: 5 dias

J. F. DA SILVA - JORNAL
CNPJ: 05.492.421/0001-09

105.492.421/0001-09

J. F. Da Silva
Gráfica e Jornal - ME
Rua Marechal Deodoro, 1709
São José - Palmas - Paraná

85555-000

[Assinatura]

065



Município de Coronel Domingos Soares - 2022

Relatório de Lances dos Fornecedores

Pregão 40/2022

066

1/10/2022

Página:1

Objeto: Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Pub

Lote: 0001	Item: 0001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES		Marca/Modelo:	Quantidade:	12,00
	Fornecedor: 4459	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA		A FOLHA DO SUDOESTE	Vencedor	
	Rodada:	Valor:				
	Lance Inicial:	6.060,00				
	1	6.060,00				
	2	6.060,00				

Lote: 0001	Item: 0002	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E		Marca/Modelo:	Quantidade:	12,00
	Fornecedor: 4459	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA		A FOLHA DO SUDOESTE	Vencedor	
	Rodada	Valor				
	Lance Inicial	5.550,00				
	1	5.550,00				
	2	5.550,00				

DENISE BRASIL DE MELLO
Membro

JAYME LAZZARETTI
Membro

RAFAELA SCHREINER
Pregoeiro

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT



Município de Coronel Domingos Soares - 2022
Classificação por Fornecedor
Pregão 40/2022

Página: 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 4459-8 A FOLHA DO SUDOESTE LTDA CNPJ: 08.816.942/0001-30 Telefone: 4632632900 Status: Classificado Email: afroha@proserv.com.br									
Representante: 5025-3 CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT									
Lote 001 - Lote 001									
001	8609 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES	SE	12,00	Classificado	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	8.060,00	96.720,00	*
002	8608 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E	SE	12,00	Classificado	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	5.550,00	66.600,00	*
VALOR TOTAL:							139.320,00	139.320,00	

[Handwritten signatures and stamps]

A, LTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT, brasileiro, nascido em 02 de dezembro de 1976, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, **CPF 026 765 689-06**, cédula de identidade nº **5.789.723-0** emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, domicílio e residência a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.240. bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000 e,

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, nascida em Palmas Pr., aos 30 dias do mês de setembro de 1973, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, **CPF 900 537 889-15**, Cédula de Identidade nº **5.205.162-2** expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, residência e domicílio a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.240, Bairro Santa Cruz Palmas Pr., CEP 85.555-000.

Únicos sócios da sociedade limitada denominada **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**, com sede na Rua Professor Vergílio Ferreira, 2240 bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE **41205922582** em seção de 25 de abril de 20076, inscrita no CNPJ sob o nº **08 815 942/0001-30** resolvem, assim, alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto social da empresa que era Edição de Jornais, passará de ora em diante para: **EDIÇÃO DE JORNAIS; EMISSORA DE TELEVISÃO ABERTA; REDE DE TELEVISÃO ABERTA; ATIVIDADE DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMISSORA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMPRESA DE NEGOCIAÇÃO DE PROGRAMA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EXCETO POR PROGRAMADORAS; SERVIÇOS DE RETRANSMISSÃO, TRANSPORTE DE SINAIS SONS E IMAGENS DOS CANAIS DE TELEVISÃO ABERTA; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA A CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA MICROONDAS; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR SATÉLITE; COLOCAÇÃO EM NOME DE CLIENTES EM JORNAIS, REVISTAS, RÁDIO, TELEVISÃO E INTERNET MATERIAL PUBLICITÁRIO, ANÚNCIOS; ALUGUEL, LOCAÇÃO DE TELEVISOR, TELEVISÃO; INTERMEDIÇÃO NA VENDA DE ASSINATURAS DE TELEVISÃO POR CABO, POR SATÉLITE OU POR MICROONDAS; ATIVIDADES DE APRESENTADORES DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO E RÁDIO; SORTEIO, VIA TELEVISÃO, TELEFONE, REVISTA; REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE TELEVISÃO E DE VÍDEO DE USO PROFISSIONAL; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EXECUTADA POR UNIDADE ESPECIALIZADA EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES DE RÁDIO E TELEVISÃO; MANUTENÇÃO DE, REPARAÇÃO DE, CONCERTOS DE TELEVISÃO, TELEVISOR, TV; SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA DE TURISMO; AGÊNCIA DE TURISMO; VENDA DE VIAGEM DE TURISMO; SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE TURISMO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE PACOTES DE TURISMO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE TURISMO; VENDA DE TÍTULOS DE HOTÉIS PARA TURISMO; SERVIÇOS DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA.**

Ass. por [assinatura]

[assinatura]

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

CLÁUSULA SEGUNDA – À vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei 10.406/2002, as sócias resolvem por este instrumento atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei 10.406/2002, aplicáveis a este tipo de societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT, brasileiro, nascido em 02 de dezembro de 1976, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, **CPF 026 765 689-06**, cédula de identidade nº **5.789.723-0** emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, domicílio e residência a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.250, bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000 e,

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, nascida em Palmas Pr., aos 30 dias do mês de setembro de 1973, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, CPF 900 537 889-15, Cédula de Identidade nº 5.205.162-2 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, residência e domicílio a rua Professor Vergílio Ferreira, 2.240, Bairro Santa Cruz Palmas Pr., CEP 85.555-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob o nome empresarial **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**, com sede na **rua Sete de setembro 2.240 esquina rua Professor Vergílio Ferreira, bairro Santa Cruz, 85.555-000 Palmas Pr.**

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto social é ramo de: **EDIÇÃO DE JORNAIS; EMISSORA DE TVISÃO ABERTA; REDE DE TELEVISÃO ABERTA; ATIVIDADE DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMISSORA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EMPRESA DE NEGOCIAÇÃO DE PROGRAMA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA; EXCETO POR PROGRAMADORAS; SERVIÇOS DE RETRANSMISSÃO, TRANSPORTE DE SINAIS SONS E IMAGENS DOS CANAIS DE TELEVISÃO ABERTA; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA A CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA MICROONDAS; TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR SATÉLITE; COLOCAÇÃO EM NOME DE CLIENTES EM JORNAIS, REVISTAS, RADIO, TELEVISÃO E INTERNET MATERIAL PUBLICITÁRIO, ANUNCIOS; ALUGUEL, LOCAÇÃO DE TELEVISOR, TELEVISÃO; INTERMEDIACÃO NA VENDA DE ASSINATURAS DE TELEVISÃO POR CABO, POR SATÉLITE OU POR MICROONDAS; ATIVIDADES DE APRESENTADORES DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO E RÁDIO; SORTEIO, VIA TELEVISÃO, TELEFONE, REVISTA; REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE TELEVISÃO E DE VIDEO DE USO PROFISSIONAL; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EXECUTADA POR UNIDADE ESPECIALIZADA EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES DE RÁDIO E TELEVISÃO; MANUTENÇÃO DE, REPARAÇÃO DE, CONCERTOS DE TELEVISÃO, TELEVISOR, TV; SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA DE TURISMO; AGÊNCIA DE TURISMO; VENDA DE VIAGEM DE TURISMO; SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE TURISMO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE**

[Handwritten signatures]

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

PROGRAMAS DE TURISMO; VENDA DE TÍTULOS DE HOTÉIS PARA TURISMO; SERVIÇOS DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA; ATIVIDADE DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, dividido em 500 (quinhentas) quotas de valor nominal R\$ 100,00 (cem reais), cada, integralizadas, assim subscritas:

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT: 495 (quatrocentas e noventa e cinco) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma perfazendo a importância de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil, quinhentos reais)** integralizadas em moeda corrente do país.

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT: 05 (cinco) quotas de R\$ 100,00 (cem reais), cada perfazendo a importância de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** integralizadas em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em 25 de abril de 2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - Às quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - A sociedade será administrada pelo sócio **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT**, com os poderes e atribuições de gerir a sociedade, autorizando o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término do exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas na presença de um contador e designarão administrador se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os sócios poderão prestar serviços à sociedade, perceberão a título de remuneração Pró Labore quantia mensal fixada em comum observada às

Janete de Fátima Mendes Allebrandt 

071

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 03 DA SOCIEDADE:
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, à sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada no balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador e/ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia de reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e de decisão será a maioria simples do capital social, nos prazos em que a lei não exigir quorum maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra na situação de microempresa; que o valor de receita bruta anual da sociedade, não excedeu no exercício anterior o limite fixado no inciso I do artigo 3º da lei complementar nº 123/2006, observado o disposto no paragrafo 2º; que a sociedade não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no paragrafo 4º do artigo 3º da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro de Palmas Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração em 01 via.

Reconhecimento de
firma no verso
PALMAS PR., 25 de setembro de 2020.

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT
RG 4.644.448-5 - SSP - PR

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT
RG 4.474.175-0 - SSP - PR

Assinatura

Assinatura



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: A FOLHA DO SUDOESTE LTDA			Protocolo: PRC2212050696																				
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada																							
NIRE (Sede) 41205922582	CNPJ 08.815.942/0001-30	Data de Ato Constitutivo 25/04/2007	Início de Atividade 25/04/2007																				
Endereço Completo Rua SETE DE SETEMBRO, Nº 2240, ESQUINA PROF VIRGILIO FERREIRA, SANTA CRUZ - Palmas/PR - CEP 85555-000																							
Objeto Social EDICAO DE JORNAIS EMISSORA DE TELEVISAO ABERTA REDE DE TELEVISAO ABERTA ATIVIDADE DE DIFUSAO DE PROGRAMAS DE TELEVISAO POR ASSINATURA EMISSORA DE TELEVISAO POR ASSINATURA EMPRESA DE NEGOCIACAO DE PROGRAMA DE TELEVISAO POR ASSINATURA EXCETO POR PROGRAMADORAS SERVICOS DE RETRANSMISSAO, TRANSPORTE DE SINAIS SONS E IMAGENS DOS CANAIS DE TELEVISAO ABERTA TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA A CABO TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA POR CABO TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA MICROONDAS TRANSMISSAO DE TELEVISAO POR ASSINATURA POR SATELITE COLOCACAO EM NOME DE CLIENTES EM JORNAIS, REVISTAS, RADIO, TELEVISAO E INTERNET MATERIAL PUBLICITARIO, ANUNCIOS ALUGUEL, LOCACAO DE TELEVISOR, TELEVISAO INTERMEDIACAO NA VENDA DE ASSINATURAS DE TELEVISAO POR CABO, POR SATELITE OU POR MICROONDAS ATIVIDADES DE APRESENTADORES DE PROGRAMAS DE TELEVISAO E RADIO SORTEIO, VIA TELEVISAO, TELEFONE, REVISTA REPARACAO E MANUTENCAO DE CAMERAS DE TELEVISAO E DE VIDEO DE USO PROFISSIONAL MANUTENCAO E REPARACAO EXECUTADA POR UNIDADE ESPECIALIZADA EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES DE RADIO E TELEVISAO MANUTENCAO DE, REPARACAO DE, CONCERTOS DE TELEVISAO, TELEVISOR, TV SERVICOS DE ASSESSORIA TECNICA DE TURISMO AGENCIA DE TURISMO VENDA DE VIAGEM DE TURISMO SERVICOS DE OPERACAO DE TURISMO SERVICOS DE ORGANIZACAO DE PACOTES DE TURISMO SERVICOS DE ORGANIZACAO DE PROGRAMAS DE TURISMO VENDA DE TITULOS DE HOTEIS PARA TURISMO SERVICOS DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA ATIVIDADE DE EXIBICAO CINEMATOGRAFICA ATIVIDADE DE EXIBICAO CINEMATOGRAFICA.																							
Capital Social R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)		Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado																			
Dados do Sócio <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>CPF/CNPJ</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT</td> <td>900.537.889-15</td> <td>R\$ 500,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td>Indeterminado</td> </tr> <tr> <td>CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT</td> <td>026.765.689-06</td> <td>R\$ 49.500,00</td> <td>Sócio</td> <td>S</td> <td>Indeterminado</td> </tr> </tbody> </table>						Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT	900.537.889-15	R\$ 500,00	Sócio	N	Indeterminado	CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	R\$ 49.500,00	Sócio	S	Indeterminado
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																		
JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT	900.537.889-15	R\$ 500,00	Sócio	N	Indeterminado																		
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	R\$ 49.500,00	Sócio	S	Indeterminado																		
Dados do Administrador <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>CPF</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT</td> <td>026.765.689-06</td> <td>Indeterminado</td> </tr> </tbody> </table>						Nome	CPF	Término do mandato	CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	Indeterminado												
Nome	CPF	Término do mandato																					
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	Indeterminado																					
Último Arquivamento Data 09/10/2020			Número 20205823505		Ato/eventos 002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)																		
Situação ATIVA Status SEM STATUS																							

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/07/2022, às 08:53:47 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código XCVHJZHF.



PRC2212050696

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral



Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
Tributação e Fiscalização

073

Nº: 114

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, por força da Lei Municipal Nº:207/97, concede o presente ALVARÁ DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E/O FUNCIONAMENTO, de acordo com o despacho exarado na declaração para fins de inscrição nos cadastros de:

NOME / RAZÃO SOCIAL

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

Inscrição Municipal: 2863

CNPJ: 08.815.942/0001-30

Porte da Empresa: Microempresa

Área utilizada: 109 m².

ENDEREÇO

Logradouro: SETE DE SETEMBRO

Número: 2240

Complemento:

CEP: 85555-000

Bairro: SANTA CRUZ

Cidade: Palmas

UF: PR

ATIVIDADES

Atividade: 5812301 - Edição de jornais diários



ALAIRTON SELERI

3206629

Emitido em: 02/05/2022

Válido Até: 29/04/2023

DIRETOR DE DEPARTAMENTO
FIXAR EM LOCAL VISÍVEL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
08.815.942/0001-30
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
25/04/2007

NOME EMPRESARIAL
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
A FOLHA DO SUDOESTE

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
58.12-3-02 - Edição de jornais não diários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

59.11-1-01 - Estúdios cinematográficos
59.14-6-00 - Atividades de exibição cinematográfica
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta
60.22-5-01 - Programadoras
61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite
61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo
61.42-6-00 - Operadoras de televisão por assinatura por microondas
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
79.11-2-00 - Agências de viagens
79.12-1-00 - Operadores turísticos
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
92.00-3-99 - Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R SETE DE SETEMBRO

NÚMERO
2240

COMPLEMENTO
ESQ PROF VIRGILIO FERREIRA

CEP
85.555-000

BAIRRO/DISTRITO
SANTA CRUZ

MUNICÍPIO
PALMAS

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
folhadapalmas@proserv.com.br

TELEFONE
(46) 3262-2438

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
25/04/2007

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/07/2022 às 15:25:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA CNPJ: 08815942000130

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CW7QVW88HXUNEA51

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<http://pmp.pr.gov.br>

Palmas (PR), 06 de Julho de 2022



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

076

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 027192242-67

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 08.815.942/0001-30
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUENTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/11/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
CNPJ: 08.815.942/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:29:55 do dia 08/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/12/2022.

Código de controle da certidão: **4679.F930.98CF.1028**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 08.815.942/0001-30**Razão Social:** A FOLHA DO SUDOESTE LTDA ME**Endereço:** R SETE DE SETEMBRO 2240 SALA / CENTRO / PALMAS / PR / 85555-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/06/2022 a 26/07/2022**Certificação Número:** 2022062701491635704652

Informação obtida em 06/07/2022 15:22:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: A FOLHA DO SUDOESTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.815.942/0001-30

Certidão nº: 21251476/2022

Expedição: 06/07/2022, às 15:24:26

Validade: 02/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.815.942/0001-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS

080

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Rua Capitão Paulo de Araújo, nº 731 -- e-mail:
cartoriodistribuidordepalmas@pros
Palmas/PR - 85555-000

TITULAR
BEL. LEILA FATIMA DE LIMA
JURAMENTADO
MARCO AURELIO SERAFINI

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA ME

Documento..... CNPJ 08.815.942/0001-30

Sede..... RUA SETE DE SETEMBRO, 2240 (ESQ PROF VERGILIO FERREIRA), SANTA
CRUZ, PALMAS/PR, CEP 85555000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 5 anos que a antecedem.



Palmas/PR, 06 de Julho de 2022, 10:23:53

LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953

Assinado de forma digital por LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953
Dados: 2022.07.07 11:38:38 -03'00'

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Rua Capitão Paulo de Araújo, nº 731 - e-mail:
cartoriiodistribuidordepalmas@pros
Palmas/PR - 85555-000

TITULAR
BEL. LEILA FATIMA DE LIMA
JURAMENTADO
MARCO AURELIO SERAFINI

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição FALÊNCIA ou RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA ME

Documento..... CNPJ 08.815.942/0001-30
Sede..... Rua SETE DE SETEMBRO, 2240 (ESQ PROF VERGILIO FERREIRA), SANTA
CRUZ, PALMAS/PR, CEP 85555000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 5 anos que a antecedem.



Palmas/PR, 06 de Julho de 2022, 10:22:23

LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953

Assinado de forma digital por LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953
Dados: 2022.07.07 11:38:51 -03'00'

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 15

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 112, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA, município Palmas, CNPJ nº 08.815.942/0001-30, Número de Registro (NIRE) 41205922582.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidades exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 25/04/2007

Ato constitutivo: 41205922582

Palmas, 01/01/2021




CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT

Administrador, Sócio
CPF 026.765.689-06



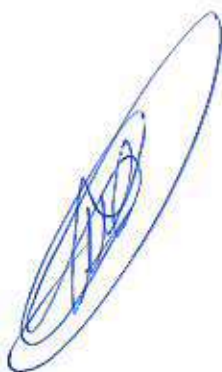
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

PESSOA JURÍDICA
CNPJ 08.815.942/0001-30



TULIO FRANCISCO ANDRADE HOFMANN

CONTADOR
CRC/PR 018814/O-5



BALANCETE

Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
DISPONÍVEL				
CAIXA	863.766,05D	1.024.254,83	1.317.999,43	570.021,45D
CAIXA GERAL				
TOTAL CAIXA	863.766,05D	1.024.254,83	1.317.999,43	570.021,45D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	492.353,29	470.015,81	22.337,48D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	275.041,62	272.960,49	2.081,13D
SICOOB VALCREDI SUL				
TOTAL BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	767.394,91	742.976,30	24.418,61D
TOTAL DISPONÍVEL	863.766,05D	1.791.649,74	2.060.975,73	594.440,26D
OUTROS CRÉDITOS				
TÍTULOS A RECEBER	45.000,00D	0,00	0,00	45.000,00D
EMPRESTIMO EDUARDO C ALEBRANDT ME	200.000,00D	200.000,00	0,00	400.000,00D
EMPRESTIMO PÉ VERMELHO GRAFICA E COM VISUAL LTDA				
TOTAL TÍTULOS A RECEBER	245.000,00D	200.000,00	0,00	445.000,00D
ADIANTEAMENTO A EMPREGADOS	0,00	1.649,79	1.649,79	0,00
ADIANTEAMENTO DE 13º SALÁRIO				
TOTAL ADIANTEAMENTO A EMPREGADOS	0,00	1.649,79	1.649,79	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00	615,24	615,24	0,00
INSS A COMPENSAR				
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00	615,24	615,24	0,00
TOTAL OUTROS CRÉDITOS	245.000,00D	202.265,03	2.285,03	445.000,00D
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	1.108.766,05D	1.993.914,77	2.063.240,76	1.039.440,06D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE				
EQUIPAMENTOS	0,00	96.000,00	0,00	96.000,00D
IMOBILIZADO				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.119,00D	0,00	0,00	4.119,00D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS				
TOTAL MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.119,00D	0,00	0,00	4.119,00D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.585,00D	0,00	0,00	3.585,00D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
TOTAL MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.585,00D	0,00	0,00	3.585,00D
TOTAL IMOBILIZADO	7.704,00D	0,00	0,00	7.704,00D
TOTAL ATIVO NÃO-CIRCULANTE	7.704,00D	96.000,00	0,00	103.704,00D
TOTAL ATIVO	1.116.470,05D	2.089.914,77	2.063.240,76	1.143.144,06D
PASSIVO				
PASSIVO CIRCULANTE				
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS				
EMPRESTIMO ESTRANGEIRO	0,00	101.940,98	11.317,31	90.623,67D
EMPRESTIMOS SICOOB VALCREDI SUL				
TOTAL EMPRESTIMO ESTRANGEIRO	0,00	101.940,98	11.317,31	90.623,67D
TOTAL EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	101.940,98	11.317,31	90.623,67D
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS				
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	15.819,59C	37.549,64	30.161,22	8.431,17C
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER				
TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	15.819,59C	37.549,64	30.161,22	8.431,17C
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	15.819,59C	37.549,64	30.161,22	8.431,17C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA				
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00	55.662,48	55.662,48	0,00
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	0,00	21.600,00	21.600,00	0,00
PRÓ-LABORE A PAGAR	0,00	8.807,93	8.807,93	0,00
RESCISÕES CONTRATUAIS A PAGAR	2.794,30D	2.858,59	5.652,89	0,00
FÉRIAS A PAGAR	0,00	3.420,37	3.420,37	0,00
13º SALÁRIO A PAGAR				

BALANCETE

Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
TOTAL OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	2.794,30C	92.149,37	95.143,57	0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS				
INSS A RECOLHER	418,11C	7.227,41	7.372,75	553,46C
FGTS A RECOLHER	95,53C	4.969,68	5.327,47	453,42C
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS	513,74C	12.197,09	12.700,23	1.015,88C
TOTAL OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	2.280,56C	104.546,46	107.843,90	1.016,38C
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	13.539,03C	244.037,08	149.322,43	81.175,62D
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CAPITAL SOCIAL				
CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
CAPITAL SOCIAL	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
TOTAL CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
TOTAL CAPITAL SOCIAL	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
LUCROS DISTRIBUÍDOS				
LUCROS DISTRIBUÍDOS	50.500,00C	101.000,00	50.500,00	0,00
TOTAL LUCROS DISTRIBUÍDOS	50.500,00C	101.000,00	50.500,00	0,00
(-) DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	50.500,00C	101.000,00	50.500,00	0,00
TOTAL LUCROS DISTRIBUÍDOS	50.500,00C	101.000,00	50.500,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS				
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.002.431,02C	50.500,00	0,00	951.931,02C
TOTAL LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.002.431,02C	50.500,00	0,00	951.931,02C
TOTAL LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.002.431,02C	50.500,00	0,00	951.931,02C
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.102.931,02C	151.500,00	50.500,00	1.001.931,02C
TOTAL PASSIVO	1.116.470,05C	395.537,08	199.822,43	920.755,40C
CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS				
DESPESAS OPERACIONAIS				
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
DESPESAS COM PESSOAL	0,00	58.410,35	1.478,11	56.932,24D
SALÁRIOS E ORDENADOS	0,00	21.600,00	0,00	21.600,00D
PRÓ-LABORE	0,00	7.127,24	1.649,79	5.477,45D
13º SALÁRIO	0,00	9.035,49	0,00	9.035,49D
FÉRIAS	0,00	5.327,47	0,00	5.327,47D
FGTS	0,00	2.445,97	0,00	2.445,97D
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	0,00	8.050,00	0,00	8.050,00D
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	0,00	112.010,52	3.127,90	108.882,62D
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	0,00	112.010,52	3.127,90	108.882,62D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,05	0,00	0,05D
IOF OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,05	0,00	0,05D
TOTAL IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,05	0,00	0,05D
DESPESAS GERAIS	0,00	5.802,13	0,00	5.802,13D
TELEFONE	0,00	1.586,05	0,00	1.586,05D
DESPESAS COM INTERNET E POSTAIS	0,00	831,29	0,00	831,29D
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	4.141,00	0,00	4.141,00D
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0,00	401,90	0,00	401,90D
DESPESAS COM INFORMATICA	0,00	470,00	0,00	470,00D
DESPESA DE MANUTENÇÃO	0,00	6.035,00	0,00	6.035,00D
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	0,00	416,28	0,00	416,28D
COMBUSTÍVEL	0,00	19.683,65	0,00	19.683,65D
TOTAL DESPESAS GERAIS	0,00	19.683,65	0,00	19.683,65D
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	656,32	0,00	656,32D
JUROS DE MORA	0,00	2.295,37	0,00	2.295,37D
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	0,00	2.991,69	0,00	2.991,69D
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	2.991,69	0,00	2.991,69D
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	134.685,91	3.127,90	131.558,01D
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	134.685,91	3.127,90	131.558,01D
TOTAL CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	134.685,91	3.127,90	131.558,01D

BALANCETE

Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS				
RECEITAS OPERACIONAIS				
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS				
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	384.092,11	384.092,11C
SERVIÇOS PRESTADOS				
TOTAL RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	384.092,11	384.092,11C
TOTAL RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	384.092,11	384.092,11C
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	30.161,22	0,00	30.161,22D
(-) SIMPLES NACIONAL				
TOTAL (-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	30.161,22	0,00	30.161,22D
TOTAL (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	30.161,22	0,00	30.161,22D
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS				
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	15,78	15,78C
DIVIDENDOS E LUCROS RECEBIDOS				
TOTAL RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	15,78	15,78C
TOTAL OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	15,78	15,78C
TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	30.161,22	384.107,89	353.946,67C
TOTAL CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	30.161,22	384.107,89	353.946,67C

DEI CRISTIAN ARLEBRANDT
Administrador
026.765.689-06

TULIO FRANCISCO ANDRADE HOFMANN
Contador
Reg. no CRC - PR sob o No. 018814/O-5
CPF: 341.043.309-06

[Handwritten signature]

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2021 31/12/2021	2020 31/12/2020
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
CAIXA		
CAIXA GERAL	570.021,45D	863.766,05D
<u>TOTAL CAIXA</u>	<u>570.021,45D</u>	<u>863.766,05D</u>
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	22.337,48D	0,00
SICOOB VALCREDI SUL	2.081,13D	0,00
<u>TOTAL BANCOS CONTA MOVIMENTO</u>	<u>24.418,61D</u>	<u>0,00</u>
<u>TOTAL DISPONÍVEL</u>	<u>594.440,06D</u>	<u>863.766,05D</u>
OUTROS CRÉDITOS		
TÍTULOS A RECEBER		
EMPRESTIMO EDUARDO C ALEBRANDT ME	45.000,00D	45.000,00D
EMPRESTIMO PÉ VERMELHO GRAFICA E COM VISUAL LTDA	400.000,00D	200.000,00D
<u>TOTAL TÍTULOS A RECEBER</u>	<u>445.000,00D</u>	<u>245.000,00D</u>
<u>TOTAL OUTROS CRÉDITOS</u>	<u>445.000,00D</u>	<u>245.000,00D</u>
<u>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>1.039.440,06D</u>	<u>1.108.766,05D</u>
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
EQUIPAMENTOS	96.000,00D	0,00
IMOBILIZADO		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.119,00D	4.119,00D
<u>TOTAL MÓVEIS E UTENSÍLIOS</u>	<u>4.119,00D</u>	<u>4.119,00D</u>
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.585,00D	3.585,00D
<u>TOTAL MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</u>	<u>3.585,00D</u>	<u>3.585,00D</u>
<u>TOTAL IMOBILIZADO</u>	<u>7.704,00D</u>	<u>7.704,00D</u>
<u>TOTAL ATIVO NÃO-CIRCULANTE</u>	<u>103.704,00D</u>	<u>7.704,00D</u>
<u>TOTAL ATIVO</u>	<u>1.143.144,06D</u>	<u>1.116.470,05D</u>

09 de Maio de 2022

CRISTIAN ALLEBRANDT

Administrador

065.689-06

FRANCISCO ANDRADE HOFMANN

CRC - PR sob o No. 018814/O-5

043.309-06

Encerrado para TULIO FRANCISCO ANDRADE HOFMANN

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2021 31/12/2021	2020 31/12/2020
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
EMPRÉSTIMO ESTRANGEIRO		
EMPRÉSTIMOS SICOOB VALCREDI SUL	90.623,67D	0,00
<u>TOTAL EMPRÉSTIMO ESTRANGEIRO</u>	<u>90.623,67D</u>	<u>0,00</u>
<u>TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>	<u>90.623,67D</u>	<u>0,00</u>
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	8.431,17C	15.819,59C
<u>TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</u>	<u>8.431,17C</u>	<u>15.819,59C</u>
<u>TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</u>	<u>8.431,17C</u>	<u>15.819,59C</u>
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		
FÉRIAS A PAGAR	0,00	2.794,30D
<u>TOTAL OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL</u>	<u>0,00</u>	<u>2.794,30D</u>
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
INSS A RECOLHER	563,46C	418,11C
FGTS A RECOLHER	453,42C	95,63C
<u>TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS</u>	<u>1.016,88C</u>	<u>513,74C</u>
<u>TOTAL OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</u>	<u>1.016,88C</u>	<u>2.280,56D</u>
<u>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>81.175,62D</u>	<u>13.539,03C</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SUBSCRITO		
CAPITAL SOCIAL	50.000,00C	50.000,00C
<u>TOTAL CAPITAL SUBSCRITO</u>	<u>50.000,00C</u>	<u>50.000,00C</u>
<u>TOTAL CAPITAL SOCIAL</u>	<u>50.000,00C</u>	<u>50.000,00C</u>
LUCROS DISTRIBUIDOS		
LUCROS DISTRIBUIDOS		
<u>TOTAL LUCROS DISTRIBUIDOS</u>	<u>0,00</u>	<u>50.500,00C</u>
(-) DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00	50.500,00C
<u>TOTAL LUCROS DISTRIBUIDOS</u>	<u>0,00</u>	<u>50.500,00C</u>
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
LUCROS ACUMULADOS	1.174.319,68C	1.002.431,02C

19 de Maio de 2022

CRISTIAN ALLEBRANDI
Administrador
165.689-06

WILSON ANDRADE HOFMANN

SC - PR sob o No. 028814/O-5
143.309-06

João José

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA - ME
08.815.942/0001-30
01/01/2021 a 31/12/2021
encerrado em: 31/12/2021


Folha: 0097 088
Número livro: 0015
Página 98 de 113

BALANÇO PATRIMONIAL


Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior
	31/12/2021	31/12/2020
<u>TOTAL LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>1.174.319,68C</u>	<u>1.002.431,02C</u>
<u>TOTAL LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>1.174.319,68C</u>	<u>1.002.431,02C</u>
<u>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>1.224.319,68C</u>	<u>1.102.931,02C</u>
<u>TOTAL PASSIVO</u>	<u>1.143.144,06C</u>	<u>1.115.479,05C</u>

09 de Maio de 2022

ações presentes, foram elaboradas de acordo com os dados apresentados pelo sócio administrador.


CRISTIAN ALLEBRANDT
administrador
7.689-06

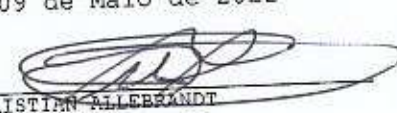
ações presentes, foram elaboradas de acordo com os dados apresentados pelo sócio administrador.

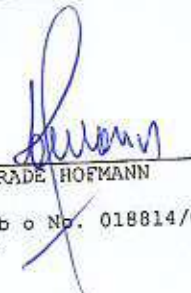

FRANCISCO ANDRADE HOFMANN
CRC - PR sob o No. 018814/O-5
1.043.309-06

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

A BRUTA		
QOS PRESTADOS	384.092,11	<u>384.092,11</u>
ES DA RECEITA BRUTA		
SIMPLES NACIONAL	(30.161,22)	<u>(30.161,22)</u>
USTÍVEL	(416,28)	<u>(416,28)</u>
TA LÍQUIDA		<u>353.514,61</u>
BRUTO		<u>353.514,61</u>
EAS OPERACIONAIS		<u>(131.141,73)</u>
EAS ADMINISTRATIVAS		
OS E ORDENADOS	(56.932,24)	
LABORE	(21.600,00)	
SALÁRIO	(5.477,45)	
AS	(9.039,49)	
	(5.327,47)	
ESAS COM ALIMENTAÇÃO	(2.445,97)	
ERARIOS CONTABEIS	(8.060,00)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(0,05)	
EPONE	(5.802,13)	
ESAS COM INTERNET E POSTAIS	(1.586,05)	
ERIAL DE ESCRITÓRIO	(831,29)	
UÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(4.141,00)	
ESAS COM INFORMATICA	(401,90)	
ESA DE MANUTENÇÃO	(470,00)	
AGANDA E PUBLICIDADE	(6.035,00)	
ES DE MORA	(696,32)	
ES E COMISSÕES BANCÁRIAS	(2.295,37)	<u>(131.141,73)</u>
AS RECEITAS OPERACIONAIS		<u>15,78</u>
ENDIDOS E LUCROS RECEBIDOS	15,78	<u>15,78</u>
ADO OPERACIONAL		<u>222.388,66</u>

AS, 09 de Maio de 2022


CRISTIANA ALLEBRANDT
Administradora
026.765.689-06


FRANCISCO ANDRADE HOFMANN

por
do CRC - PR sob o No. 018814/O-5
241.043.309-06

licenciado para TULIO FRANCISCO ANDRADE HOFMANN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

NTES DO IR E CSL

222.388,66

DO DO EXERCÍCIO

222.388,66

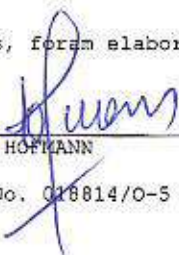
de Maio de 2022

Des presentes, foram elaboradas de acordo com os dados apresentados pelo sócio administrador.



STIAN ALLEBRANDT
istrador
5.689-06

Des presentes, foram elaboradas de acordo com os dados apresentados pelo sócio administrador



ISCO ANDRADE HOFMANN


- PR sob o No. 018814/O-5
3.309-06




DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

INDICAÇÃO	VALOR
PREJUÍZOS	
Anterior de Lucros Acumulados	1.002.431,02
as Credores de Períodos-base Anteriores	0,00
ão de Reservas	0,00
Recursos	0,00
Líquido do Ano	222.388,66
do Anterior de Prejuízo Acumulados	0,00
estes Devedores de Períodos-base Anteriores	0,00
juízo Líquido do Ano	0,00
	1.224.819,68
ÇÕES	
ndos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Cre	(50.500,00)
erências para Reservas	0,00
a dos Lucros Incorporados ao Capital	0,00
Destinações	0,00
	(50.500,00)
OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.174.319,68

mações presentes, foram elaboradas de acordo com os dados apresentados pelo ministrador.


CRISTIAN ALTEBRANDT
ministrador
.765.689-06

mações presentes, foram elaboradas de acordo com os dados apresentados pelo ministrador


FRANCISCO ANDRADE HOFMANN

CRC - PR sob o No. 018814/O-5
.043.309-06

Pessoa:

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA - ME
08.815.942/0001-30Página 102 de 113
Folha: 0101
Número livro: 0015

TEXTO OPERACIONAL

Sociedade limitada A FOLHA DO SUDOESTE LTDA ME é uma empresa jornalística com atuação regional no sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, tendo sua sede em Palmas Pr., fundada em 25 de abril de 2007.

Apresentação das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis bem como as correspondentes Notas Explicativas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as NBCs.

Práticas contábeis

Determinação do resultado

O resultado é apurado pelo regime de caixa, para apropriação das receitas, custos e despesas.

Circulante e Realizável a curto prazo

Ativos Circulantes e Realizáveis a curto prazo são demonstrados pelos seus valores de aquisição.

Ativos Circulantes e Realizáveis a Curto Prazo são demonstrados a seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de variações monetárias.

Ativos Não Circulantes

Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo ou valor de aquisição.

Ativos Circulantes e Não Circulantes

Ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a abertura do balanço.




Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 15


Este livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 112, e serviu para escrituração no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, da empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA.

Palmas, 31/12/2021


CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT

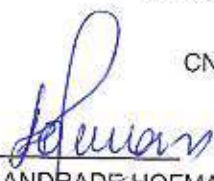
Administrador, Sócio

CPF 026.765.689-06


A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

PESSOA JURÍDICA

CNPJ 08.815.942/0001-30


TULIO FRANCISCO ANDRADE HOFMANN

CONTADOR

CRC/PR 018814/O-5




ASSINATURA ELETRÔNICA

amos que o ato da empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02676568906	CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT
08815942000130	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
34104330906	TULIO FRANCISCO ANDRADE HOFMANN



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 10/05/2022 09:49 SOB Nº
20223013587.
PROTOCOLO: 223013587 DE 09/05/2022. NIRE: 41205922582.
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 10/05/2022
empresafacil.pr.gov.br

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12205870860 em 10/05/2022, protocolo 223013587. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.pr.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial: A FOLHA DO SUDOESTE LTDA
Número de Registro: 41205922582
CNPJ: 08815942000130
Município: Palmas

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro: DIÁRIO
Número de Ordem: 15
Período de Escrituração: 01/01/2021 - 31/12/2021

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
02676568906	CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	
08815942000130	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	
34104330906	TULIO FRANCISCO ANDRADE HOFMANN	PR018814/O-5



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 10/05/2022 09:49 SOB Nº
20223013587.
PROTOCOLO: 223013587 DE 09/05/2022. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12205870860. NIRE: 41205922582.
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 10/05/2022
empresafacil.pr.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA / FORNECIMENTO**

Atestamos para fim de participação em Licitação, que a empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.815.942/0001-30, é **PRESTADOR DE SERVIÇO IDÔNEO** do objeto: empresa jornalística para a prestação de serviços de publicações de utilidade pública da Prefeitura Municipal de Palmas, a serem veiculados em jornal de circulação legal, não havendo nada em nossos registros que o desabone.

Palmas – PR, 06 de julho de 2022.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LUIZ ALBERTO ZIGUER DE ALMEIDA

Prefeitura Municipal de Palmas
CNPJ: 76.161.181/0001-08
Av. Clevelandia, Nº521
CEP: 85.555-000 Palmas PR





097
A FOLHA DO SUDOESTE®

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ: 08.815.942/0001-30

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863

E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR

Edital de Licitação Pregão Presencial: 40/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geográficas e topográficas para o cumprimento das obrigações da licitação vez que o objeto deverá ser entregue/executado no endereço e nas condições previstas no Anexo I do edital licitatório.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

CNPJ: 08.815.942/0001-30

**A Folha do Sudoeste
Ltda - ME**

Rua: Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira - Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná

A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500



A FOLHA DO SUDOESTE[®]

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ: 08.815.942/0001-30

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863

E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR

Edital de Licitação Pregão Presencial: 40/2022_

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO
7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

CNPJ: 08.815.942/0001-30

**A Folha do Sudoeste
Ltda - ME**

A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

Rua: Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500



099
A FOLHA
DO SUDOESTE

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ: 08.815.942/0001-30

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863

E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR

DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL 40/2022

A empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 08.815.942/0001-30, estabelecida a Rua Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240, Santa Cruz, na Cidade de Palmas Paraná, através de seu signatário, a senhor CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT portadora (a) da Carteira de Identidade nº 5.789.723-0 e do CPF nº 026.765.689-06, representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que, em atendimento as normas vigentes, em especial a IN STN nº. 01/97, de 15/01/1997, e suas alterações, a Portaria Interministerial 507/2011 e o Art. 20, XII, Lei 12.309/2010, no âmbito da execução do objeto em tela deste certame, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade desta proponente o fornecimento da presente Declaração, bem como a fiscalização dessa vedação.


Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

CNPJ: 08.815.942/0001-30

**A Folha do Sudoeste
Ltda - ME**

Rua. Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná


A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500





A FOLHA DO SUDOESTE[®]

100

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**CNPJ: 08.815.942/0001-30****INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863****E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR****DECLARAÇÃO CNAE****Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2022**

A empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 08.815.942/0001-30, estabelecida a Rua Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240, Santa Cruz, na Cidade de Palmas Paraná, através de seu signatário, a senhor CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT portadora (a) da Carteira de Identidade nº 5.789.723-0 e do CPF nº 026.765.689-06, representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que:


O CNAE que representa a atividade de maior receita é **58.12-3-02 – EDIÇÃO DE JORNAIS NÃO DIARIOS**

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

CNPJ: 08.815.942/0001-30**A Folha do Sudoeste
Ltda - ME**

Rua: Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná


A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500





A FOLHA¹⁰¹ DO SUDOESTE[®]

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ: 08.815.942/0001-30

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863

E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR

A empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 08.815.942/0001-30, estabelecida a Rua Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240, Santa Cruz, na Cidade de Palmas Paraná, através de seu signatário, a senhor CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT portadora (a) da Carteira de Identidade nº 5.789.723-0 e do CPF nº 026.765.689-06, representante legalmente constituído, , **DECLARA**, para fins de comprovação no **Processo Licitatório Nº 087/2022, Pregão Presencial nº 40/2022**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☒ (X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

☐ () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

☐ () COOPERATIVA, enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

CNPJ: 08.815.942/0001-30

A Folha do Sudoeste
Ltda - ME

Rua: Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500



A FOLHA DO SUDOESTE[®]

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ: 08.815.942/0001-30

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2863

E-MAIL: AFOLHA@PROSERV.COM.BR

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 087/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2022

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA CNPJ/MF Nº. 08.815.942/0001-30, sediada Rua Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240, Santa Cruz, Palmas, Pr., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Coronel Domingos Soares, em 15 de Julho de 2022

A Folha do Sudoeste Ltda
Cidenei Cristian Allebrandt
Sócio Administrador

CNPJ: 08.815.942/0001-30

**A Folha do Sudoeste
Ltda - ME**

Rua. Sete de Setembro 2240
esq. Professor Virgílio Ferreira Santa Cruz
85.555-000 Palmas Paraná

Rua: Professor Virgílio Ferreira, Nº 2240
Santa Cruz – Palmas – Paraná
CEP. 85.555-000
Telefone: (0**46)3263-2500



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 08815942000030

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

[Handwritten signature in blue ink]

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****CERTIDÃO NEGATIVA****DE****LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**

CPF/CNPJ: **08.815.942/0001-30**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:05:09 do dia 15/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: PL2O150722110509

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Ass. com TCU



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

105

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL.

Pregão Nº: 40/2022

Objeto: Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal

Aos 15/07/2022, às 10:30 horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, reuniram-se o Pregoeira Senhora Rafaela Schereiner, designada conforme Portaria nº 059/2021 para os procedimentos inerentes a Sessão do Pregão.

Para o credenciamento fizeram-se representar as empresas conforme credencial e lista de credenciamento abaixo:

Participantes

Nome do proponente	CNPJ do proponente	Nome do responsável pelo proponente	CPF do responsável pelo proponente	Validade da proposta (dias)	Prazo de entrega/execução
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	08.815.942/0001-30	CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	60	12 Meses
J. F. DA SILVA JORNAL	05.492.421/0001-09	JOCEMAR FERREIRA DA SILVA	842.482.709-00	60	12 Meses

REGISTRO DO PREGÃO

Em ato contínuo, foram verificados os envelopes nº 01 contendo as propostas de preços atestando-se que estavam lacrados e inviolados, após terem sido rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e proponentes participantes procedeu-se a abertura dos mesmos, e foram examinadas a compatibilidade do objeto, prazos e condições de execução;

Em seguida a Pregoeira e equipe de apoio verificaram a conformidade entre as propostas escritas e os valores estimados para a contratação da proponente A FOLHA DO SUDOESTE LTDA atestando que a proposta está em acordo com os valores estabelecidos no edital.

Ao realizar a abertura do envelope da proposta de preços da proponente J. F. DA SILVA JORNAL, a mesma foi desclassificada, pois não estava em consonância com o item 4.1 do edital, o qual exige que seja apresentado junto a proposta impressa e assinada o arquivo em mídia, sendo que a não apresentação do mesmo, é critério para desclassificação e o mesmo apresentou na hora do certame, estando fora do envelope.

Dando continuidade ao certame, foi solicitado aos licitantes classificados, conforme critérios estabelecidos no edital, para apresentar seus lances verbais resultando nos valores conforme tabela de classificação abaixo:

Lote/Item 1/1 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	6.060,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE
1	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	6.060,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

106

2	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	6.060,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE
Lote/Item 1/2 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	5.550,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE
1	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	5.550,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE
2	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	5.550,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE

Dando continuidade ao certame foram conferidos os envelopes nº 02 contendo os documentos de habilitação das proponentes: **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**, verificando-se que o mesmo estava lacrado e inviolado, após terem sido rubricado pela pregoeira e licitantes participantes procedeu-se a abertura dos mesmos.

Em análise a documentação de habilitação constatou-se que estava em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e por consequência, a referida empresa foi considerada **HABILITADA**.

Quanto aos envelopes de habilitação da proponente J. F. DA SILVA JORNAL ficará retido, lacrado e inviolado pelo período de 30 dias, após este prazo poderá ser retirado pelo seu representante legal, mediante protocolo e em caso de não os fazerem serão os mesmos destruídos.

Fica fazendo parte integrante da documentação deste procedimento licitatório o Demonstrativo 01-Qualificação do Proponente/Fornecedor e Representante Credenciado, 02- propostas e lances dos participantes, e 03- Documentação de habilitação, foi consultado o cadastro de empresas impedidas de licitar do TCE PR e TCU onde **nada consta** em nome das Proponentes do certame.

Das manifestações das proponentes:

Houve manifestação por parte da proponente J. F. DA SILVA JORNAL, referente a sua desclassificação quanto a não colocação do arquivo em mídia dentro do envelope, sendo que apresentou no momento da etapa de abertura de proposta

Diante dos fatos, a Pregoeira decide por abrir prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais proponentes intimadas a apresentar suas contra – razões no prazo de 3 (três) dias úteis iniciando-se estes ao final do prazo das primeiras.

ENCERRAMENTO

No curso do Presente procedimento licitatório não foi apresentado nenhuma impugnação ao edital, resultando no seguinte lance final:

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES LEGAIS EM	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	SERV	12,00	6.060,00	72.720,00



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

107

		JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.						
1	2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E PUBLICIDADE DA mUNICIPALIDADE EM JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	SERV	12,00	5.550,00	66.600,00
TOTAL								139.320,00

Fica o resultado do presente processo condicionado a apresentação das razões recursais bem como das contra - razões, recepção/apreciação e julgamento por parte da comissão Permanente de Licitação e ratificação pela Autoridade Superior.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão as 11:12, cuja ata vai assinada pela Pregoeira, pelos membros da Equipe de Apoio e demais pessoas interessadas.


RAFAELA SCHEREINER

094.850.889-22


Fernanda Roberta da Rosa

Testemunha


A FOLHA DO SUDOESTE LTDA


J. F. DA SILVA JORNAL



ILMO SENHOR PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS
SOARES, ESTADO DO PARANÁ



Referência: Pregão Presencial Processo
40/2022 Objeto da licitação: Serviços de
publicações e notícias

Ementa: Recurso Administrativo - Ofensa ao
Princípio da Razoabilidade e da
Economicidade - Erro FORMAL do próprio
Edital. MOTIVO: Edital previa apenas os
documentos físicos dentro do envelope
conforme cláusula 4.1.1, sendo que, os
documentos digitais, pela cláusula 4.1 previa
apenas a entrega através de pendrive -
RAZOABILIDADE: Como foi erro do edital,
através de ausência de informações claras e
específicas no seu próprio edital, e o erro não
prejudica o valor e a economicidade, é de
direito aceitar a proposta da J.F. da Silva
Jornal. MORALIDADE.

J.F. DA SILVA JORNAL, pessoa jurídica de
direito privado, inscrita no CNPJ/MF N. 05.492.421/0001-09, com
sede e foro jurídico na Cidade de Palmas, Estado do Paraná,
representada neste ato por seu sócio majoritário e responsável
legal JOCEMAR FERREIRA DA SILVA, brasileiro, empresário,
inscrito no CPF n. 842.482.709-00, residente e domiciliado na
Cidade e Comarca de Palmas, Estado do Paraná, vem
respeitosamente perante à Vossa Senhoria, interpor, como



interpondo esta, o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos fatos e argumentações a saber:

I - SÍNTESE FÁTICA E DO DIREITO -
Do Preenchimento Correto da Proposta, conforme
orientação da própria Administração Municipal:

Culto Julgador/Pregoeiro! Nobres Procuradores e advogados do Município de Coronel Domingos Soares! É de se destacar, dentro da ordem da economicidade e economia pública, e principalmente da razoabilidade, que no âmbito das licitações e contratações públicas que o reconhecimento da validade das práticas de saneamento de possíveis erros na composição das propostas não prejudicam o seu conteúdo enquanto oferta, pois o que se busca é a economia ao Município. Ora, se a proposta é mais vantajosa ao Município, e ocorreu apenas erro formal na proposta por ensejo do próprio Edital convocatório, essa deve ser saneada, corrigida ou melhor explicada dentro do prazo do recurso, e aceita se de menor preço.



Por conta disso, a prática jurisprudencial e, em alguma medida, a normativa, tem defendido a possibilidade de que equívocos pontuais na composição da proposta e documentação devem ser relevados e corrigidos, contanto que não prejudiquem a composição do custo global originariamente apresentado.

No caso em apreço Senhor Pregoeiro e Eméritos Advogados, a empresa ora recorrente apresentou corretamente e EXCLUSIVAMENTE e INTEGRALMENTE os documentos de acordo com o previsto no edital. Ou seja, os documentos físicos em envelope lacrado, e os documentos digitais através de um pen drive, cujas informações também só seria abertas, se consignado o pen drive no computador. Ou seja, todos os documentos resguardavam o absoluto sigilo, sendo que, no edital, só previa que os documentos físicos deveriam estar lacrados no



envelope, até porque, os digitais já estavam também sigilosos e seguros.

De forma totalmente estranha assim, a empresa recorrente recebeu a informação de desclassificação por não ter consignado o pen drive no envelope, sendo que, tal fato não estava previsto e exigido em edital.

Nota-se que a identificação de equívocos não deve implicar na exclusão automática do licitante do certame. Pelo contrário, constatado o erro, ou ausência de informação que é presumida e que não constava no próprio modelo do Edital, deve a Administração franquear o seu saneamento, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada, até porque o valor é mais vantajoso ao Município.

Tal entendimento, Inclusive, coaduna-se com tal posicionamento o Tribunal de Contas da União, a saber:

Acórdão nº 4.621/2009 – Segunda Câmara “Voto Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes. Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o



licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas - preços exequíveis e compatíveis com os de mercado. (...) Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes."

Acórdão nº 963/2004 - Plenário "Relatório do Ministro Relator(...) 50. O anexo II-A do Edital (fl. 230, Vol. II) estabeleceu o modelo de planilha orçamentária a ser adotada pelos licitantes, e não discriminava detalhadamente os itens que integravam os encargos sociais e trabalhistas necessários à composição do preço proposto. Para o denunciante, a ausência dessas informações teria trazido prejuízo ao julgamento das propostas comerciais. (...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o



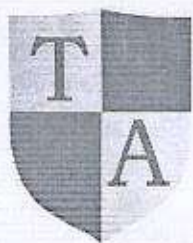
ônus do seu erro. (...) 55. Portanto, consideramos improcedente a alegação de que omissões ou ausência de detalhamento no modelo da planilha de preços constante do Anexo II-A do Edital teriam ocasionado prejuízo ao julgamento das propostas. (...) 59. Do exposto, constata-se que não existe na legislação critério único, uniforme e padronizado para determinar a inexecutabilidade de uma proposta no âmbito de licitação processada na modalidade pregão, motivo pelo qual a sua apuração deve ser avaliada em cada caso concreto. No entanto, distorções significativas entre os valores estimados e os propostos (...) Voto do Ministro Relator (...) 6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos."

Acórdão nº 410/2008 - Plenário "Voto do Ministro Relator (...) 6. A mencionada desclassificação, esclareço, ocorreu por força de a representante, tributada pelo regime do lucro real, ter apresentado, em sua proposta, alíquota de 3,00% (três por cento) para a Cofins, a qual se refere à tributação por lucro presumido, sem, contudo, apresentar a documentação prevista no subitem 4.2.7 do edital. (...) 8. No contexto da legislação acima transcrita, a proposta da representante, no que se refere à cotação da alíquota da Cofins, observou a legislação



aplicável à espécie, não se mostrando razoável, *prima facie*, a exigência da documentação prevista no subitem 4.2.7 do edital. 9. Não bastasse isso, observo que o edital do pregão em exame, em seu subitem 4.3, prevê solução diversa da desclassificação para o caso de a proposta omitir ou cotar incorretamente tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, nos seguintes termos: "4.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, em nenhuma hipótese". 10. Diante de tal previsão editalícia, penso que a pregoeira não estava, a princípio, autorizada a desclassificar empresa cuja proposta contivesse alguma das impropriedades listadas, devendo, ao contrário, adotar a fórmula instrumentalizada no subitem acima transcrito, para o fim de adequar a proposta. (...)

Veja-se que no caso em apreço é análogo aos julgados do Tribunal de Contas da União, onde o mero erro formal do próprio modelo fornecido pelo Município não acarretam em nulidade da proposta, mas sim, proporciona a sua mudança e aceitação se de menor valor pelo princípio da proporcionalidade e da economicidade.



Não bastasse isso, como se sabe, o pregão é uma modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, regido, inclusive, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Há também outros princípios norteadores da Administração Pública comumente percebidos tais como o da igualdade, razoabilidade e proporcionalidade.

Seguindo tais princípios, agir com razoabilidade e proporcionalidade significa que a Administração Pública deve ter sempre em vista, de um lado, atender ao interesse público e, de outro, à finalidade específica.

Na definição de Seabra Fagundes, “a finalidade é o resultado prático que se procura alcançar” com o emprego da lei e procedimentos adequados, ou seja, o desencadear de um procedimento licitatório deve sempre culminar em fins específicos e determinados (como a aquisição de produtos com o menor custo, dentro de padrões aceitáveis de qualidade), evitando, sempre que possível, formalidades desnecessárias e coibindo o emprego de excessos.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro “Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações”, explica de forma clara:



“Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito”.

Marino Pazzaglini Filho, em “Princípios Constitucionais Reguladores da Administração Pública”, também compartilha o mesmo entendimento:

“a aplicação desses princípios (razoabilidade e proporcionalidade) significa examinar, por um lado, os fatos concretos, que ensejam a conduta da Administração Pública, ostentam motivos razoáveis e, por outro lado, se a medida simplesmente é, além de pertinente, adequada e suficiente para o atendimento efetivo ao fim público (resultado prático de interesse da sociedade) necessária e exigível para alcançá-lo; e proporcional ao binômio benefício e ônus para a coletividade”.

O Ministro Adylson Motta, do Egrégio Tribunal de Contas da União, em decisão proferida em novembro de 1999, esclareceu ainda mais a matéria, decidindo que:



"o apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita.

Esquece o interesse público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer.

Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais." (TC 004809/1999-8, Decisão 695-99, DOU 8/11/99, p.50, e BLC n. 4, 2000, p. 203)

Robustecendo ainda mais, Hely Lopes Meirelles, em "Licitação e Contrato Administrativo", entende que:

"é inadmissível que se prejudique um licitante por meras omissões ou irregularidades na documentação ou sua proposta (...) por um rigorismo

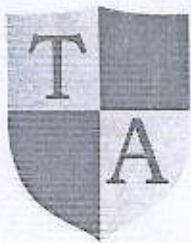


formal e in consentâneo com o caráter competitivo da licitação”.

Sem dúvida, inexistindo a oportunidade de convalidarem as propostas originais, acrescentando o prazo exigido, outro resultado não terá a não o prejuízo, e não só àqueles que buscavam oferecer seus produtos à Administração Pública como, e mais ainda, à própria Administração, impedida de adquirir produtos ou serviços com preços mais competitivos.

Neste mesmo raciocínio, Maria Luiza Machado Granziera, em “Licitações e Contratos Administrativos”, dispensou adendos ao escrever:

“É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produza a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos.”



III - DOS REQUERIMENTOS:

Isto posto, requer-se a V. Senhoria:

a) o recebimento e autuação do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que a instruem, e após, seja enviado para o Departamento Jurídico a fim de realizar seu douto e estudado parecer jurídico;

a.1) Ainda, se entender por plausível, seja enviado o presente recurso ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, a fim do mesmo manifestar-se sobre MORALIDADE PÚBLICA da participação da empresa recorrente no presente processo, bem como, sobre o respeito ao Princípio da ECONOMICIDADE PÚBLICA em desclassificar a ora recorrente por mero erro formal do próprio edital e não aceitar a sua proposta mais vantajosa;

b) E ao final, seja, HOMOLOGADO o parecer jurídico pelo Ilustre Pregoeiro, para que, **nos termos DA MORALIDADE PÚBLICA, seja aceita a recorrente e sua proposta;**

c) Pretende o recorrente provar a veracidade de suas alegações por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente a documental em anexo.



Nestes termos,

Pede deferimento, conhecimento e PROVIMENTO ao presente recurso.

Palmas/Coronel Domingos Soares, 18 de julho de
2022.


J.F. DA SILVA JORNAL

ILMO SENHOR PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE CORONEL DOMINGOS SOARES, ESTADO DO PARANÁ.

Referência: Pregão Presencial Processo 40/2022

Objeto da Licitação: Serviços de publicações e notícias.



A **FOLHA DO SUDOESTE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 08.815.942/0001-30, com sede e foro jurídico na Cidade de Palmas, Estado do Paraná, representada neste ato por seu sócio administrador **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANTD**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 026.765.689-06, residente e domiciliado na Cidade e Comarca de Palmas, Estado do Paraná, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar suas

CONTRA-RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pelo recorrente **J.F. DA SILVA JORNAL**, pelas razões que seguem:

I – DA SÍNTESE FÁTICA E DO DIREITO – DO NÃO PREENCHIMENTO CORRETO DA PROPOSTA DIANTE DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL:

Culto Julgador, nobres Procuradores! Diante do ocorrido no guerreado processo licitatório, necessário se faz socorrer-se dos princípios da administração pública, dentre os quais o de maior destaque, qual seja o princípio da LEGALIDADE.

Não se pode permitir que em um processo licitatório, sério e regido por edital completamente compreensível, o qual não abriu margem para possíveis discussões, vez que sequer foi impugnado ou embargado em momento oportuno, agora venha ser atacado por erro formal cometido por culpa única e exclusiva do ora recorrente.

Não se faz possível cometer um “erro formal” por sua própria vontade e posteriormente evocar os princípios da economicidade e razoabilidade em contramão ao princípio da legalidade, uma vez que, conforme o teor do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, in verbis: **“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**. (grifei)

Trata-se, por óbvio, da observância ao princípio licitatório da vinculação do instrumento convocatório. Neste sentido o ensinamento de CARVALHO FILHO (2012, p. 244), como segue:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital, tiver falha, pode ser corrigido, desde que ainda oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.¹

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 25. ed. rev., ampl. e atual. até a Lei nº 12.587, de 3-1-2012. São Paulo : Atlas, 2012, p. 244.

Ainda, eventual insurgência com relação às disposições constantes do edital licitatório deveria ter sido feita nos termos constantes do edital, "IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS".

Desta forma, não tendo sido objeto de impugnação por parte de terceiros ou dos próprios licitantes, o edital deve ser devidamente cumprido pela Administração Pública e pelos administrados. Também conforme o ensinamento de CARVALHO FILHO (2012, p. 278):

Edital é o ato pelo qual a Administração divulga as regras a serem aplicadas em determinado procedimento de licitação. Com rara felicidade, HELLY LOPES MEIRELLES caracterizou o ato como "a lei interna da concorrência e da tomada de preços", palavras tantas vezes repetidas pelos estudiosos do assunto. O edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes.² (grifei)

Diante disso, em virtude da não apresentação de impugnação ao edital no prazo previsto pela Lei das Licitações, os participantes do certame decaíram no respectivo direito perante a Administração, devendo os mesmos cumprir integralmente as disposições editalícias.

Assim, cristalino que não assiste razão ao Recorrente, devendo ser conhecido o recurso interposto e, no mérito, DESPROVIDO, com a manutenção do resultado final do certame.

Ainda, no que diz respeito ao fato de que a empresa recorrente, em tese, tenha apresentado os documentos de acordo com o previsto no edital, isso não ocorreu de forma integral, vez que a mídia digital também deveria estar dentro do envelope lacrado, pois do contrário poderia ser substituído no momento de sua abertura pelo que melhor conviesse ao participante, o que não é permitido, por óbvio, diante do que o edital exige de forma clara a necessidade da entrega em envelope lacrado, senão vejamos:

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 25. ed. rev., ampl. e atual. até a Lei nº 12.587, de 3-1-2012. São Paulo : Atlas, 2012, p. 278.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A proposta deverá ser apresentada em um arquivo em mídia (pendrive / CD) contendo o Nome, número do CNPJ, endereço e telefone da empresa proponente, proposta essa para a inclusão no sistema conforme arquivos em anexo a este edital, utilizando-se do programa disponível no portal de transparência do Município no endereço eletrônico <http://www.pmcps.pr.gov.br/pag.php?id=138&modulo=1&tipodoc=>.

4.1.1 Deverá ser, também, apresentada proposta impressa conforme disponibiliza o programa "esPROPOSTA" (em anexo ao edital) e devidamente assinada pelo representante legal, inserida em envelope fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:

4.1.2 a proposta que não apresente o arquivo mídia ou em desacordo com os termos 4.1 deste Edital com pena de desclassificação.

CNPJ/MF

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2021

A informação de que a proposta de preços deve ser apresentada de forma impressa e também através de arquivo de mídia, em envelope fechado por cola ou lacre não é apenas clara, mas explicita no item 4.1; 4.1.1 do edital licitatório, sendo o descumprimento desse motivo para DESCLASSIFICAÇÃO, o que também é explícito no item 4.1.2.

Julgadores, o edital apresentado no processo licitatório 40/2022, como já mencionado anteriormente, é claro e não deixa margens a dúvida, da mesma forma que o “erro material” cometido por culpa única e exclusiva do ora recorrente, diante do que não se percebe outra saída senão a manutenção da decisão, tomada de forma completamente acertada, pela Pregoeira e sua equipe técnica, qual seja, a de desclassificar a empresa ora recorrente, diante do descumprimento dos termos do edital licitatório.

No que diz respeito os valores das propostas, conforme bem destacou o recorrente “o pregão é uma modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, regido, inclusive, pelos princípios da LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE e EFICIÊNCIA.”, diante do que, verificasse que atendendo todos esses mencionados princípios, a decisão pela desclassificação novamente foi a mais acertada, uma vez que a empresa recorrente não atendeu a integralidade do previsto em edital, não se pode afirmar que de forma proposital ou não, todavia, não se observa boa fé no ato, vez que com tal “artimanha” poderia facilmente entregar mídia com valores menores se no momento da abertura do envelope dispusesse de mais de uma em seu “bolso”, local onde supostamente estava o pendrive no momento da abertura de envelopes.

Quanto aos documentos e valores apresentados pela empresa JORNAL A FOLHA DO SUDOESTE LTDA, estavam todos, INTEGRALMENTE, de acordo com o previsto no edital, não assistindo razão, novamente a empresa recorrente, pois a proposta apresentada vem de encontro com TODOS os princípios evocados, não se abrindo qualquer margem para dúvidas quanto sua legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e ou ainda economicidade, pois os valores apresentados estão em acordo com o pleiteado pela administração pública de Coronel Domingos Soares.

II – DOS PEDIDOS E DEMAIS REQUERIMENTOS:

Isto posto, requer-se a Vossa Senhoria:

1. O recebimento e autuação das presentes CONTRA-RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que a instruem, e após, seja enviado para a Procuradoria deste município a fim de que realizem o necessário estudo e parecer jurídico;
2. Ao final, seja homologado o parecer jurídico pelo Pregoeiro, para que, nos termos da LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE e PUBLICIDADE, seja mantida a decisão pela desclassificação da recorrente, vez que descumpriu com as cláusulas previstas em edital.

Nesses Termos,

Pede Deferimento, conhecimento e no mérito **DESPROVIMENTO** ao recurso apresentado.

Palmas/Coronel Domingos Soares – Paraná, 24 de julho de 2022.



A FOLHA DO SUDOESTE LTDA

CNPJ 08.815.942/0001-30

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
5788723-0 SESP PR

CPF
026.765.689-06

DATA NASCIMENTO
02/12/1976

FILIAÇÃO
SILMO ALLEBRANDT
HELGA ALLEBRANDT

PERMISSÃO
ACC CRT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
01491715817

VALIDADE
12/04/2024

1ª HABILITAÇÃO
19/10/1995

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PALMAS, PR

DATA EMISSÃO
13/04/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

PARANÁ

96055829928
PR916140661

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1860828191

PROIBIDO PLASTIFICAR
1860828191

[Handwritten signature]

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.815.942/0001-30 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 25/04/2007	
NOME EMPRESARIAL A FOLHA DO SUDOESTE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A FOLHA DO SUDOESTE			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.12-3-02 - Edição de jornais não diários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-01 - Estúdios cinematográficos 59.14-6-00 - Atividades de exibição cinematográfica 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 60.22-5-01 - Programadoras 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 61.42-6-00 - Operadoras de televisão por assinatura por microondas 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais 79.11-2-00 - Agências de viagens 79.12-1-00 - Operadores turísticos 79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente 92.00-3-99 - Exploração de jogos de azar e apostas não especificadas anteriormente 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
COORDENADOR R SETE DE SETEMBRO		NÚMERO 2240	COMPLEMENTO ESQ PROF VIRGILIO FERREIRA
CPF 85.555-000	RAIÃO/DISTRITO SANTA CRUZ	MUNICÍPIO PALMAS	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO folhadapalmas@proserv.com.br		TELEFONE (46) 3262-2438	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/07/2022 às 08:33:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

DENISE APARECIDA DAMAS, brasileira, natural de Palmas Pr. Solteira, maior, nascida aos 23 dias do mês de setembro de 1985, empresária, CPF 076 821 709-13, cédula de identidade nº 8.922.634-1 emitida pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Dr Elpidio de Araújo Perpetuo, 326, bairro Santuário, Palmas Pr. 85.555-000 e;

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida em 30 de setembro de 1973, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, CPF 900 537 889-15, cédula de identidade nº 5.205.162-2 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, domicílio e residência a Rua Sete de Setembro, 2240, bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial **DAMAS & ALLEBRANDT LTDA**, tendo a sua sede e domicílio na **RUA SETE DE SETEMBRO, 2240, ESQUINA PROF VIRGILIO FERREIRA** Bairro Santa Cruz, em Palmas Paraná, CEP nº 85.555-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto social é **EDIÇÃO DE JORNAIS**.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, dividido em 100 (cem) quotas de valor nominal R\$ 100,00 (cem reais), cada uma, subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente do País:

DENISE APARECIDA DAMAS: 99 quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma perfazendo a importância de **R\$ 9.900,00 (Nove mil, novecentos reais)** subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente do país;

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT: 01 quota de R\$ 100,00 (cem reais) perfazendo a importância de **R\$ 100,00 (Cem reais)** subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade tem como prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - Às quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - fica estabelecido que a sociedade poderá ser administrada por pessoas que não façam parte do quadro societário da empresa e que sua nomeação, bem como, sua destituição, será formalizada e efetivada através de alteração contratual, assinada por todos os sócio, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado, ficando dispensada a realização de reuniões específicas para tal fim.

CLÁUSULA OITAVA - A sociedade será administrada pelo não sócio Sr **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT**, brasileiro, natural de Palmas Pr., casado no Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido aos dois dias do mês de dezembro de 1976, empresário, portador do CPF 026 765 689-06, e da Cédula de Identidade nº 5.788.723-0, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, domicílio e residência na Av sete de setembro, 2.240, bairro Santa Cruz, 85.555-000 Palmas Pr., com os poderes e atribuições de gerir a sociedade, podendo fazer o uso do nome empresarial isoladamente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios.

CONTINUA FL 02

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO FL 02
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA

CLÁUSULA NONA - Ao término do exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas na presença de um contador e designarão administrador se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os sócios poderão prestar serviços à sociedade, perceberão a título de remuneração pro labore quantia mensal fixada em comum observada as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada no balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador e/ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória com local, data, hora e a ordem do dia de reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

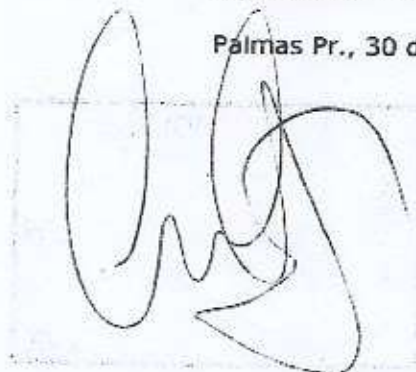
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e de decisão será a maioria simples do capital social, nos prazos em que a lei não exigir quorum maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os sócios declaram para efeitos de enquadramento como microempresa que o volume da sua receita bruta anual não excedera no ano da constituição o limite fixado no INCISO I do artigo 2º da Lei federal nº 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º desta lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o foro de Palmas Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração em 03 vias.

Palmas Pr., 30 de março de 2007




Denise Aparecida Damas
DENISE APARECIDA DAMAS

Janete de Fatima Mendes Allebrandt
JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT

Idinei Cristian Allebrandt
IDINEI CRISTIAN ALLEBRANDT



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 01 DA SOCIEDADE:
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA ME
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582**

DENISE APARECIDA DAMAS, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida aos vinte e três dias do mês de setembro de 1985, solteira, maior, empresária, CPF 076 821 709-13, cédula de identidade nº 8.922.634-1 emitida pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Dr Elpidio de Araujo Perpetuo, 326, Bairro Santuário, Palmas Pr., 85.555-000 e,

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida aos trinta dias do mês de Setembro de 1973, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, CPF 900 537 889-15, Cédula de Identidade nº 5.205.162-2, expedido pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Sete de Setembro, 2.240, Bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000.

Únicas sócias da sociedade limitada **DAMAS & ALLEBRANDT LTDA ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 2.240, Esquina Prof Vergílio Ferreira, Bairro Santa Cruz, 85.555-000, Palmas Pr., registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE 41205922582 em seção de 25 de abril de 2007, e inscrita no CNPJ sob o nº 08 815 942/0001-30 resolve, assim, alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade que era administrada pelo não sócio Sr. Cidenei Cristian Allebrandt, passará de ora em diante ser administrada pela sócia **DENISE APARECIDA DAMAS**, com os poderes e atribuições de gerir a sociedade, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA SEGUNDA – À vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o art 2.031 da Lei 10.406/2002, os sócios resolvem por este instrumento atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei 10.406/2002, aplicáveis a este tipo de societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

DENISE APARECIDA DAMAS, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida aos vinte e três dias do mês de setembro de 1985, solteira, maior, empresária, CPF 076 821 709-13, cédula de identidade nº 8.922.634-1 emitida pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Dr Elpidio de Araujo Perpetuo, 326, Bairro Santuário, Palmas Pr., 85.555-000 e

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida aos trinta dias do mês de Setembro de 1973, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, CPF 900 537 889-15, Cédula de Identidade nº 5.205.162-2, expedido pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Sete de Setembro, 2.240, Bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000.

Denise Aparecida Damás

Continua fl 02

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 01 DA SOCIEDADE:
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA ME
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582**



Únicas sócias da sociedade limitada DAMAS & ALLEBRANDT LTDA ME, com sede na Rua Sete de Setembro, 2.240, Esquina Prof. Vergílio Ferreira, Bairro Santa Cruz, 85.555-000, Palmas Pr., registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE 41205922582 em seção de 25 de abril de 2007, e inscrita no CNPJ sob o nº 08 815 942/0001-30 resolvem, assim, consolidar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob o nome empresarial DAMAS & ALLEBRANDT LTDA ME, tendo a sua sede na Rua Sete de Setembro, 2.240, esquina Prof. Virgílio Ferreira, Bairro Santa Cruz, Palmas Paraná, CEP nº 85.555-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto social é o ramo de EDIÇÃO DE JORNAIS.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 100 (cem) quotas de valor nominal R\$ 100,00 (cem reais), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

- DENISE APARECIDA DAMAS: 99 (noventa e nove) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma perfazendo a importância de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) integralizados em moeda corrente do país,

- JANETE DE FÁTIMA MENDES ALLEBRANDT: 01 (uma) quota de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, perfazendo a importância de R\$ 100,00 (cem reais) integralizados em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em 25 de Abril de 2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA – A sociedade será administrada pela sócia DENISE APARECIDA DAMAS, com os poderes e atribuições de gerir a sociedade, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA – Ao término do exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas na presença de um contador e designarão administrador se for o caso.

Denise Aparecida Damás

Continua fl. 03

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 01 DA SOCIEDADE:
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA ME
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582



CLÁUSULA DÉCIMA - Os sócios poderão prestar serviços à sociedade, perceberão a título de remuneração pro-labore quantia mensal fixada em comum observada às disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada no balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena de, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador e/ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória com local, data, hora e a ordem do dia de reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e de decisão será a maioria simples do capital social, nos prazos em que a lei não exigir quorum maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra na situação de microempresa; que o valor de receita bruta anual da sociedade, não excedeu no exercício anterior o limite fixado no inciso I do artigo 3º da lei complementar nº 123/2006, observado o disposto no parágrafo 2º; que a sociedade não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionados no parágrafo 4º do artigo 3º da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro de Palmas Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração em 03 vias.

Palmas Pr., 03 de julho de 2012



Denise Aparecida Damas
DENISE APARECIDA DAMAS
RG: 8.922.634-1 I.I/PR

Janete de Fatima Mendes Allebrandt
JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT
RG: 5.205.162-2 I.I/PR

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 02 DA SOCIEDADE:
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA - ME
 CNPJ 08 815 942/0001-30
 NIRE 41205922532

DENISE APARECIDA DAMAS, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida aos vinte e três dias do mês de setembro de 1985, solteira, maior, empresária, CPF 076 821 709-13, cédula de identidade nº 8.922.634-1 emitida pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Dr. Floriano de Araújo Perpetuo, 326, Bairro Santuário, Palmas Pr., 85.555-000 e.

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida aos trinta dias do mês de Setembro de 1973, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, CPF 900 537 889-16, Cédula de Identidade nº 5.205.162-2, expedido pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Sete de Setembro, 2.240, Bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000.

Únicas sócias da sociedade limitada **DAMAS & ALLEBRANDT LTDA - ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 2.240, Esquina Prof. Vergílio Ferreira, Bairro Santa Cruz, 85.555-000, Palmas Pr., registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE 41205922582 em seção de 25 de abril de 2007, e inscrita no CNPJ sob o nº 08 815 942/0001-30 resolve, assim, alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Ingressa neste ato na sociedade o Sr. **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT**, brasileiro, natural de Palmas Pr., nascido em 02 de dezembro de 1976, casado pelo Regime de Comunhão parcial de Bens, empresário, CPF 026.765.689-06, Cédula de Identidade nº 3.735.733-9 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, residência e domicílio a Rua Professor Vergílio Ferreira, 2250, Bairro Santa Cruz, Palmas Pr., CEP 85.555-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sócia **DENISE APARECIDA DAMAS**, vende como de fato vendido tem ao sócio ingressante 99 quotas de R\$ 100,00, com perfazendo o total de R\$ 9.900,00 (nove mil, novecentos reais) para seu valor nominal, para o qual da plena razão e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - O sócio ingressante Sr. **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT** declara conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando desta forma sub rogada nos direitos e obrigações do presente instrumento, assumindo o ativo e o passivo da sociedade.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade que girava sob o nome empresarial de **DAMAS & ALLEBRANDT LTDA ME**, passara de ora em diante para a **FOLMA DO SUDOESTE LTDA - ME**

CLÁUSULA QUINTA - O Capital Social que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) é elevado neste ato para a quantia de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 500 (quinhentas) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada, com elevação de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) se da com o aproveitamento do saldo da conta Lucros Acumulados.

Continua f. 02

[Assinatura]

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 02 DA SOCIEDADE:
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA - ME
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

CLÁUSULA SEXTA - Em decorrência da Alteração havida o Capital Social de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 500 quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada, fica assim distribuído entre os sócios:

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT: 495 quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, perfazendo a importância de R\$ 49.500,00 (Quarenta e nove mil, quinhentos reais);

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT: 05 quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, perfazendo a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

CLÁUSULA SEXTA - À vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei 10.406/2002, os sócios resolvem por este instrumento atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei 10.406/2002, aplicáveis a este tipo de societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT, brasileira, natural de Palmas Pr., nascida aos trinta dias do mês de Setembro de 1973, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, CPF 900.537.859-15, Cédula de Identidade nº 5.205.162-2, expedido pelo Instituto de Identificação do Paraná, domicílio e residência a Rua Sete de Setembro, 2.240, Bairro Santa Cruz, Palmas Pr., 85.555-000 e,

CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT, brasileiro, natural de Palmas Pr., nascido em 02 de dezembro de 1976, casado pelo Regime de Comunhão parcial de Bens, empresário, CPF 026.765.689-06, Cédula de Identidade nº 8.708.723-0 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, residência e domicílio a Rua Professor Vergílio Ferreira, 2250, Bairro Santa Cruz, Palmas Pr., CEP 85.555-000.

Únicos sócios da sociedade limitada **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA - ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 2.240, esquina Prof. Vergílio Ferreira, Bairro Santa Cruz, 85.555-000, Palmas Pr., registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE 41205922582 em seção de 25 de abril de 2007, Alteração nº 01 registrada em 05 de julho de 2012 sob nº 20124870031 e inscrita no CNPJ sob o nº 08 815 942/0001-30 resolvem, assim, consolidar o contrato social.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA - ME**, tendo a sua sede na Rua Sete de Setembro, 2.240, esquina Prof. Vergílio Ferreira, Bairro Santa Cruz, Palmas Paraná, CEP 85.555-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto social é o ramo de **EDIÇÃO DE JORNAIS**.

Continua 3.03

Cidenei Cristiani Allebrandt

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 02 DA SOCIEDADE:
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA - ME
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 500 (quinhentas) quotas de valor nominal R\$ 100,00 (cem reais), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

- **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT**: 495 (quatrocentas e noventa e cinco) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma perfazendo a importância de R\$ 49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais) integralizados em moeda corrente do país;

- **JANETE DE FÁTIMA MENDES ALLEBRANDT**: 05 (uma) quota de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, perfazendo a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais) integralizados em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em 25 de Abril de 2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - A sociedade será administrada pelo sócio **CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT**, com os poderes e atribuições de gerir a sociedade, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término do exercício social em 31 de dezembro o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas na presença de um contador e designarão administrador se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os sócios poderão prestar serviços à sociedade, perceberão a título de remuneração pró-labore quantia mensal fixada em comum observada às disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s)

Continua à fl. 04

Janete de Fátima Mendes Allebrandt

ALTERAÇÃO CONTRATUAL SOCIEDADE LIMITADA
ALTERAÇÃO Nº 02 DA SOCIEDADE:
DAMAS & ALLEBRANDT LTDA - ME
CNPJ 08 815 942/0001-30
NIRE 41205922582

remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada no balanço especialmente levantado

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador e/ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e de decisão será a maioria simples do capital social, nos prazos em que a lei não exigir quorum maior

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra na situação de microempresa; que o valor de receita bruta anual da sociedade, não excedeu no exercício anterior o limite fixado no inciso I do artigo 3º da lei complementar nº 123/2006, observado o disposto no parágrafo 2º, ou a sociedade não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no parágrafo 4º do artigo 3º da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro de Palmas Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - E por estarem assim justos e acordados assinam a presente alteração em 03 vias.

Palmas Pr., 27 de janeiro de 2014.



CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT
 RG: 5.793.723-0
 ME

DENISE APARECIDA DAMAS
 RG: 5.922.631-1
 ME

JANETE DE FATIMA MENDES ALLEBRANDT
 RG: 5.206.162-2
 ME



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

133

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL.

Pregão Nº: 40/2022

Objeto: Contratação de empresa Jornalística para Publicação de notícias, Campanhas e Publicações Legais da Municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal

Aos 15/07/2022, às 10:30 horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, reuniram-se o Pregoeira Senhora Rafaela Schreiner, designada conforme Portaria nº 059/2021 para os procedimentos inerentes a Sessão do Pregão.

Para o credenciamento fizeram-se representar as empresas conforme credencial e lista de credenciamento abaixo:

Participantes					
Nome do proponente	CNPJ do proponente	Nome do responsável pelo proponente	CPF do responsável pelo proponente	Validade da proposta (dias)	Prazo de entrega/execução
A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	08.815.942/0001-30	CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT	026.765.689-06	60	12 Meses
J. F. DA SILVA JORNAL	05.492.421/0001-09	JOCEMAR FERREIRA DA SILVA	842.482.709-00	60	12 Meses

REGISTRO DO PREGÃO

Em ato contínuo, foram verificados os envelopes nº 01 contendo as propostas de preços atestando-se que estavam lacrados e inviolados, após terem sido rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e proponentes participantes procedeu-se a abertura dos mesmos, e foram examinadas a compatibilidade do objeto, prazos e condições de execução;

Em seguida a Pregoeira e equipe de apoio verificaram a conformidade entre as propostas escritas e os valores estimados para a contratação da proponente A FOLHA DO SUDOESTE LTDA atestando que a proposta está em acordo com os valores estabelecidos no edital.

Ao realizar a abertura do envelope da proposta de preços da proponente J. F. DA SILVA JORNAL, a mesma foi desclassificada, pois não estava em consonância com o item 4.1 do edital, o qual exige que seja apresentado junto a proposta impressa e assinada o arquivo em mídia, sendo que a não apresentação do mesmo, é critério para desclassificação e o mesmo apresentou na hora do certame, estando fora do envelope.

Dando continuidade ao certame, foi solicitado aos licitantes classificados, conforme critérios estabelecidos no edital, para apresentar seus lances verbais resultando nos valores conforme tabela de classificação abaixo:

Lote/Item 1/1 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	6.060,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE A FOLHA DO SUDOESTE
1	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	6.060,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE A FOLHA DO SUDOESTE



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

139

2	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	6.060,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE
Lote/Item 1/2 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	5.550,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE
1	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	5.550,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE
2	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	5.550,00	08.815.942/0001-30	Sim	A FOLHA DO SUDOESTE FOLHA DO SUDOESTE

Dando continuidade ao certame foram conferidos os envelopes nº 02 contendo os documentos de habilitação das proponentes: **A FOLHA DO SUDOESTE LTDA**, verificando-se que o mesmo estava lacrado e inviolado, após terem sido rubricado pela pregoeira e licitantes participantes procedeu-se a abertura dos mesmos.

Em análise a documentação de habilitação constatou-se que estava em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e por consequência, a referida empresa foi considerada **HABILITADA**.

Quanto aos envelopes de habilitação da proponente **J. F. DA SILVA JORNAL** ficará retido, lacrado e inviolado pelo período de 30 dias, após este prazo poderá ser retirado pelo seu representante legal, mediante protocolo e em caso de não os fazerem serão os mesmos destruídos.

Fica fazendo parte integrante da documentação deste procedimento licitatório o Demonstrativo 01-Qualificação do Proponente/Fornecedor e Representante Credenciado, 02- propostas e lances dos participantes, e 03- Documentação de habilitação, foi consultado o cadastro de empresas impedidas de licitar do TCE PR e TCU onde **nada consta** em nome das Proponentes do certame.

Das manifestações das proponentes:

Houve manifestação por parte da proponente **J. F. DA SILVA JORNAL**, referente a sua desclassificação quanto a não colocação do arquivo em mídia dentro do envelope, sendo que apresentou no momento da etapa de abertura de proposta.

Diante dos fatos, a Pregoeira decide por abrir prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais proponentes intimadas a apresentar suas contra - razões no prazo de 3 (três) dias úteis iniciando-se estes ao final do prazo das primeiras.

ENCERRAMENTO

No curso do Presente procedimento licitatório não foi apresentado nenhuma impugnação ao edital, resultando no seguinte lance final:

A FOLHA DO SUDOESTE LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES LEGAIS EM	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	SERV	12,00	6.060,00	72.720,00



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

140

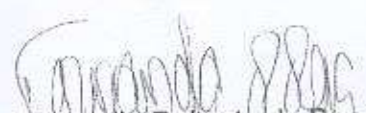
		JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.						
1	2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E PUBLICIDADE DA MUNICIPALIDADE EM JORNAL IMPRESSO COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL E COM TAMANHO MÍNIMO DE PÁGINA TIPO A3.	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	SERV	12,00	5.550,00	66.600,00
TOTAL								139.320,00

Fica o resultado do presente processo condicionado a apresentação das razões recursais bem como das contra - razões, recepção/apreciação e julgamento por parte da comissão Permanente de Licitação e ratificação pela Autoridade Superior.


Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão as 11.12, cuja ata vai assinada pela Pregoeira, pelos membros da Equipe de Apoio e demais pessoas interessadas.


RAFAELA SCHEREINER

094.850.889-22


Fernanda Roberta da Rosa

Testemunha


A FOLHA DO SUDOESTE LTDA


J. F. DA SILVA JORNAL



Município de Coronel Domingos Soares - 2022

Classificação por Fornecedor

Pregão 40/2022

Página: 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sol
Fornecedor: 4459-8 AFOLHADO SUDOESTE LTDA									
CNPJ: 06.315.942/0001-30 Telefone: 4632632500 Status: Classificado									
Email: afolha@grocery.com.br									
Representante: 3025-3 CRISTIAN ALLEBRANDI									
001	001 - Lote 001	SE	12,00	Classificado	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	8.000,00	96.000,00	*
002	002 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES	SE	12,00	Classificado	A FOLHA DO SUDOESTE	A FOLHA DO SUDOESTE	8.500,00	102.000,00	*
VALOR TOTAL:							139.320,00		

Handwritten signatures and notes:
"L. e Silva" (vertical)
"Rafael" (horizontal)
Two circular stamps with illegible text.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

142

retirados, destruídos sem maiores formalidades. Esta declaração dá cumprimento ao previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

3.2 É admitido somente um representante por proponente.

3.3 A ausência da documentação referida nos itens 3.1.1 e 3.1.2 ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas neste edital impossibilitará a participação da proponente neste certame, exclusivamente no tocante à formulação de lances orais e demais atos relacionados, inclusive interpelações e solicitações de prazos recursais.

3.4 Para que os licitantes não aleguem ignorância os documentos de credenciamento devem ser entregues em mãos, no início dos trabalhos e fora de qualquer envelope.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A proposta deverá ser apresentada em um arquivo em mídia (pendrive / CD) contendo o Nome, número do CNPJ, endereço e telefone da empresa proponente, proposta essa para a inclusão no sistema conforme arquivos em anexo a este edital, utilizando-se do programa disponível no portal de transparência do Município no endereço eletrônico <http://www.pmcads.pr.gov.br/pag.php?id=138&modulo=1&tipodoc=>.

4.1.1 Deverá ser, também, apresentada proposta impressa conforme disponibiliza o programa “esPROPOSTA” (em anexo ao edital) e devidamente assinada pelo representante legal, inserida em envelope fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:

4.1.2 a proposta que não apresente o arquivo mídia ou em desacordo com os termos 4.1 deste Edital com pena de desclassificação.

CNPJ/MF

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2021

4.2. Ser alimentada e impressa por processo eletrônico através do sistema “esPROPOSTA” (em anexo ao edital) em papel com identificação da empresa, em uma via, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datada, rubricada e assinada na última de suas folhas pelo representante legal da proponente.

4.3. Conter a razão social, endereço, CEP, telefone, CNPJ da licitante e o número deste Edital..

4.4. Consignar preço unitário do item e o totalizador de cada item, em moeda corrente nacional, escrito em algarismo. Em caso de divergência entre algum valor proposto será considerado o de menor importe, ou seja, o mais vantajoso para a administração. Serão consideradas somente duas casas após a vírgula, para efeito de classificação da proposta;

4.5. Os preços cotados deverão ser líquidos, devendo estar neles incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita entrega/execução do objeto desta licitação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4.6. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de valores ou alterações nas condições estipuladas, uma vez que houver a abertura da proposta. Será desclassificado o proponente que apresentar mais de uma proposta de valores para o mesmo objeto acondicionada no envelope “Proposta de Preços”.

4.7. Não serão consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem valores ou vantagens baseadas em ofertas das demais licitantes, valores unitários simbólicos, irrisórios ou de cotação zero.

4.8. Será desclassificada a proposta em desacordo com os termos deste Edital ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente.

4.9. Declarar prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de entrega dos envelopes. As propostas que omitirem o prazo de validade serão consideradas como sendo válidas por 60 (sessenta) dias corridos.

4.10. A proposta poderá, facultativamente, conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da proponente. Para fins de eventual contratação a informação destes dados passará a ser obrigatória.

4.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 433/2022

Processo Administrativo nº: 87/2022

Interessado: Gabinete do Gestor

Assunto: Análise das razões recursais interpostas face julgamento do Pregão 40/2022

Aporta nesta Procuradoria o supracitado recurso e consequente impugnação para manifestação, sob solicitação do Sr. Prefeito, com vistas a lastrear sua decisão em sede de "segunda instância", face indeferimento do pleito pela Pregoeira.

O certame em questão buscou aperfeiçoar a contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de divulgação de publicações legais, notícias publicidade em geral, em jornal impresso de circulação local e regional.

1. DO PEDIDO E SUA FORMA

As razões recursais foram protocoladas junto a esta municipalidade por JF da Silva Jornal, em 19/07/2022, e as contrarrazões foram protocoladas pelo licitante A Folha do Sudoeste Ltda em 25/07/2022, já acolhidas e consideradas tempestivas pela Pregoeira em sua análise, tudo em consonância com o manifesto e estabelecido na ata do certame lavrada em 15/07/2022 às 10:30 horas.

Ressaltamos que os prazos estampados na Lei do Pregão, 10.520, estabelece 3 dias úteis para apresentação das razões recursais, adicionado igual prazo para as contrarrazões. Os atos decisórios daí decorrentes seguirão os prazos estampados na Lei de Licitações 8.666, que considera, segundo seu art. 109, §4º:

§ 4º O recurso será dirigido a autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

2. ALÍGERAS CONSIDERAÇÕES FÁTICAS

A sessão pública de disputa do referido pregão ocorreu, como já mencionado, em 15 de julho de 2022, na qual foram abertos os conteúdos dos envelopes de propostas de preços dos dois licitantes que acudiram ao chamamento do edital, tendo sido apurado pela Pregoeira que, segundo seu entendimento, o licitante "JF da Silva Jornal" deixou de cumprir dispositivo editalício que atrelaria a apresentação de mídia digital(contendo a proposta de preços) ao mesmo invólucro da proposta impressa, tendo este apresentado dita mídia em "mãos", tendo desclassificado este licitante para as demais etapas do certame ao mesmo tempo em que considerou o segundo licitante classificado por satisfazer todos os requisitos do edital vindo este segundo licitante, "A Folha do Sudoeste Ltda", a sagra-se vencedor dos dois lotes da disputa, tendo sua documentação de habilitação vistoria a considerada satisfatória. A empresa desclassificada solicitou abertura de prazo recursal que foi prontamente deferido pela Pregoeira.

A recorrente, "JF da Silva Jornal", alega em suas razões que teria cumprido todos os requisitos do edital e que sua desclassificação decorre de insuficiência descritiva do próprio



edital, face sua redação truncada, aliado ao fato de que a administração estaria priorizando o formalismo em detrimento do objetivo maior que é a busca da proposta mais vantajosa para a administração, requerendo a reforma da decisão da Sra Pregoeira readmitindo-o na disputa a partir da etapa em que foi afastado.

De outra via a impugnante, "A. Polha do Sudoeste Ltda", sustenta que a decisão da pregoeira foi acertada e atende ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, requerendo, por óbvio, a manutenção da decisão que desclassificou seu concorrente e lhe considerou vencedor da disputa nos dois lotes.

A Sra Pregoeira exarou seu entendimento no sentido de manter a desclassificação do licitante "JF da Silva Jornal" por considerar que sua conduta não pode afastar-se do contido em edital sob pena desta responder por interpretações subjetivas no certame, para este ou aquele licitante, entendendo, por fim, que o licitante afastado da disputa não cumpriu os dispositivos constantes do item 4.1, 4.1.1 e 4.1.2 do edital. Em não reformando sua decisão fez "subir" as razões para apreciação da autoridade superior, como determina o disposto na lei que regula o tema.

Não houve adjudicação do objeto a nenhum dos licitantes, não gerando, até o presente, expectativa de direito aos mesmos.

3. NO MÉRITO

Isto posto, nos cumpre inicialmente invocar aos trabalhos o dispositivo combatido pela recorrente e cerne dos embates:

4.1. A proposta deverá ser apresentada em um arquivo em mídia (pendrive / CD) contendo o Nome, número do CNPJ, endereço e telefone da empresa proponente, proposta essa para a inclusão no sistema conforme arquivos em anexo a este edital, utilizando-se do programa disponível no portal de transparência do Município no endereço eletrônico

<http://www.pincds.pr.gov.br/pag.php?id=138&modulo=1&tipodoc=>

4.1.1 Deverá ser, também, apresentada proposta impressa conforme disponibiliza o programa "esPROPOSTA" (em anexo ao edital) e devidamente assinada pelo representante legal, inserida em envelope fechado por cola ou laçete, contendo no anverso os seguintes dizeres:

4.1.2 a proposta que não apresente o arquivo mídia ou em desacordo com os termos 4.1 deste Edital com pena de desclassificação.

CNPJ/MF

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2021

Cabe realizarmos uma releitura individual dos tópicos supracitados, a começar pelo 4.1 o qual, noutras palavras, prevê a entrega da chamada mídia digital que conterá as informações digitais do licitante bem como o conteúdo, também digital, da proposta, orientando que os interessados deverão gerar tal arquivo em sistema da municipalidade oportunizado junto ao portal deste ente federado.

Observado o item (4.1) individualmente não se verifica nele contido a condição/forma que a mídia deverá ser entregue. O subitem 4.1.2, por sua vez, adverte que o



“arquivo mídia” entregue em desacordo com o previsto no item 4.1 ensejará a desclassificação da proposta como um todo.

Já o subitem 4.1.1 aborda o fato de que, além de uma mídia digital, deverá ser apresentado proposta impressa, gerada no sistema disponibilizado pelo Município, firmada pelo interessado, e acondicionada em envelope lacrado, envelope este que deveria conter em sua parte externa as informações a respeito de seu emissor, cujas informações, equivocadamente estão discriminadas na sequência do subitem 4.1.2, por uma falha ortográfica.

Obviamente nos cumpre, nesta dissecação, analisar o texto de forma literal, nos aproximando de uma observação que poderia ser realizada, eventualmente, em uma discussão perante o Judiciário e/ou Tribunal e Contas. Compreendemos que para o operador do processo, Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, observa-se o conjunto da obra, muitas vezes estabelecendo um liame estreito entre os dispositivos, como se um fosse complementar ao outro, todavia, para os agentes externos da administração pública e alheios ao trato diário dos processos licitatórios talvez a dinâmica não se apresente desta forma.

Desta feita, ao nosso sentir, as previsões editalícias aqui discutidas, aos olhos de um licitante ocasional, poderia lhe induzir ao erro, ainda que isento de má fé. Diversas discussões já foram travadas nos tribunais pátrios no sentido de, até mesmo, estabelecer qual princípio ou qual dispositivo deve ser mais ou menos valorado, se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório pode ser, conforme o caso, ser sobrepujado pela busca da proposta mais vantajosa para a administração que, segundo alguns juristas, seria o cerne de toda licitação.

Fora argumentado nas razões recursais, também que o licitante afastado da disputa teria, inicialmente, a proposta mais vantajosa, senão vejamos os valores contidos nas propostas físicas anexas aos Autos:

Lote 01:

JF da Silva Jornal R\$ 6.052,00(mensal)

A Folha do Sudoeste Ltda R\$ 6.060,00(mensal)

Lote 02:

A Folha do Sudoeste Ltda R\$ 5.550,00(mensal)

JF da Silva Jornal R\$ 5.560,00(mensal)

Nota-se que o licitante desclassificado teria apresentado proposta mais vantajosa somente para o Lote 01 e, ainda assim, somente R\$ 8,00 a menos que o segundo. Já no Lote 02 o desclassificado apresentou proposta com R\$ 10,00 a mais que o primeiro. Ou seja, como a disputa oral não ocorreu não é possível identificar, somente olhando os impressos, que a administração teria significativo prejuízo com a desclassificação do licitante JF da Silva Jornal.

De outra via, o tema do rigor excessivo nos processos licitatórios tem sido muito discutido nos últimos tempos, abrangendo temas que variam desde a falta de reconhecimento



de firma, de autenticação de cópias reprográficas, numeração de páginas até ausência de documentos e declarações exigidas.

No caso em apreço, o que podemos destacar é o fato de que ambos os licitantes apresentaram suas propostas físicas em consonância com o disposto no subitem 4.1.1, se traduzindo como documento que é anexo ao processo e preservaram, até o momento da abertura dos envelopes que as continham, todo o sigilo exigido, segundo todo o relatado em ata.

Nesta esteira, a proposta digital, ainda que não menos importante, tem o condão, na prática, de ser ferramenta facilitadora da operacionalização da disputa, visto que o arquivo digital, conterá todos os elementos (dados) informantes do licitante e daquilo que foi expresso da proposta física. informações estas que o sistema do Município "puxará" para sua alimentação, evitando, assim, que haja um trabalho manual por parte dos servidores, otimizando os trabalhos e agilizando o fluxo do evento da disputa, seguindo o mais breve possível para o momento mais aguardado em pregões: a disputa pelos lances orais.

Foi, também, relatado em ata, que o licitante afastado da disputa estava, no momento, com a exigida mídia em sua posse, todavia não acondicionada em nenhum recipiente, observemos:

"Ao realizar a abertura do envelope da proposta de preços da proponente J. F. DA SILVA JORNAL, a mesma foi desclassificada, pois não estava em consonância com o item 4.1 do edital, o qual exige que seja apresentado junto a proposta impressa e assinada o arquivo em mídia, sendo que a não apresentação do mesmo, é critério para desclassificação e o mesmo apresentou na hora do certame, estando fora do envelope."

Data vênia, a forma de apresentação da mídia não acondicionada em envelope (como é imposto ao caso da proposta física, subitem 4.1.1) poderá ser entendido como excesso de formalismo em sede de discussão judicial, especialmente se observarmos a longa lista de jurisprudência de casos assemelhados, alguns até sobre quesitos mais vitais, os quais não colacionamos aqui para não nos tornarmos demasiado prolixos sobre este aparte.

Desta feita, nos cumpre pautar sugestão para que em próximos editais assemelhados a configuração dos quesitos debatidos tenham a seguinte redação:

"4.1. A proposta deverá, sob pena de desclassificação, ser apresentada de forma impressa, gerada através do programa "esPROPOSTA" (programa disponibilizado em anexo ao edital no portal da municipalidade), assinada pelo representante legal do licitante, devidamente inserida em envelope fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2021
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ/ME:

4.1.1 Juntamente com a proposta física descrita no item anterior, o licitante deverá apresentar sua "proposta digital" cujo arquivo deverá estar acondicionado em mídia digital (pen drive - CD) contendo informações como razão social, número do CNPJ, endereço e demais dados do proponente, utilizando-se do programa disponível no portal de transparência do Município no endereço eletrônico <http://www.pmc.rs.gov.br/pag.php?id=138&modulo=1&tipodoc=>. A "mídia



digital", contendo a proposta digital, deverá estar acondicionada no mesmo envelope já citado no item anterior(1), sob pena de desclassificação sumária do licitante."

Acreditamos, assim, que os licitantes poderão ter melhor entendimento de suas obrigações doravante, ainda que tenham que ser, muitas vezes, redundantes. Entretanto, reiteramos o já mencionado fato de que a "mídia digital" contendo a "proposta digital" do licitante tem como propósito ser um facilitador do serviço público e da tramitação da disputa, que, no caso do pregão presencial, tem seu alicerce inicial na proposta física (impressa). Por óbvio que se for de melhor entendimento facultar a apresentação da "mídia digital" em "mãos" ou "em envelope", a critério do licitante, talvez nas próximas disputas este tema não venha mais a debate, especialmente pela via do "excesso de formalismo".

Cabe, também, pequena ressalva de que, a exemplo do que já reiteramos por diversas vezes, o uso da modalidade pregão através de sua disputa eletrônica abreviaria todo este imbróglio, otimizando os trabalhos sobremaneira.

Ainda, em homenagem aos argumentos do licitante "A Folha do Sudoeste Ltda", temos que sua busca pela manutenção dos resultados constantes na ata do dia 15/07/2022 não poderia ser outro, por óbvio, entretanto, como já dito alhures, inúmeras vezes os tribunais pátrios afastaram a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório com vistas a favorecer outros objetivos e princípios tutelados pelo direito mas com maior valoração para a consecução dos propósitos da administração pública e proteção do erário.

Por fim, não percebemos conduta da Sra Pregoeira que possa ser maculada por má fé, tendo atuado na tentativa de manter um padrão uniforme na tratativa dos procedimentos da disputa diante da interpretação do conteúdo no edital, entendendo vinculado o entendimento de um item a outro subitem, cuja atuação, observadas as justificativas constantes do Termo de Referência anexo ao certame, não gerou nenhum infortúnio à administração.

4. PARECER

4.1 Com base nas informações contidas no processo licitatório, nas manifestações do Presidente da CPL, demais relatos e documentos acostados ao processo pelos licitantes, entendemos que:

- a. seria possível a reforma da decisão da Sra Pregoeira com vistas a readmitir o licitante inicialmente afastado, retomando o certame daquele ponto, convocando os interessados através de publicação oportuna para realização de novo evento de lances orais, ampliando a disputa na tentativa de aperfeiçoar a conquista de proposta mais vantajosa para a administração pública, afastando eventual pecha de formalismo excessivo;
- b. dentro do princípio da autotutela aliado ao fato de que não houve adjudicação alguma do objeto, não gerando expectativa de direito a nenhum licitante, seria possível exercer o desfazimento integral do processo, viabilizando a construção de novo instrumento de convocação sem quaisquer vícios ou dificuldades de interpretação nos quesitos debatidos, oportunizando a todos igualdade de condições de disputa;
- c. a manutenção da decisão da Sra Pregoeira, nos moldes em que se encontra, poderia ensejar a discussão do tema em sede judicial ou em sede de




representação perante o TCU, cujo entendimento não está em nosso poder prever, mas que, ao nosso sentir, poderia se encaminhar para eventual suspensão da tramitação do certame até sua resolução de mérito, impondo à administração significativa mora no acesso aos serviços almejados pela Assessoria de Comunicação da municipalidade.

4.2 Este parecer é consultivo, e não vincula a discussão do objeto, não se constituindo de parecer obrigatório para os atos decisórios do gestor municipal, passível de ser censurado por outro entendimento que, devidamente fundamentado, comprove melhor resguardo do interesse público, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito, ressalvando que, apesar de calcada em elementos técnicos e fundamentos jurídicos, esta manifestação não se amolda a exatidão de cálculos matemáticos.

4.3. Esclarece-se que este parecer está vinculado aos documentos, Normas e declarações apresentadas na presente solicitação, de sorte, que a inveracidade dos dados apresentados, omissões ou a sua inexatidão, não foram objeto de análise.

Coronel Domingos Soares/PR, 27 de julho de 2022.


Rogério Everaldo Schmitt
Procurador - OAB-PR 59902
Portaria 159/2015



RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO
DECISÃO DO PREGOEIRO

PROCESSO: 87/2022

PREGÃO: 40/2022

I. DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa J. F. DA SILVA JORNAL, contra decisão da Pregoeira, pela desclassificação diante da não apresentação do pendrive dentro do envelope de proposta de preços.

Para embasar a tese, a empresa recorrente alega que o edital estaria com ausência de informações claras e específicas quanto a apresentação da proposta em mídia dentro do envelope de proposta de preços. Alega que apresentou exclusivamente e integralmente os documentos de acordo como previsto no edital, que seriam os documentos físicos no envelope lacrado e o digital através de um pen drive, cujas informações também seriam abertas, se consignado o pen drive no computador, onde todos os documentos resguardavam o absoluto sigilo, sendo que no edital, só previa que os documentos físicos deveriam estar lacrados no envelope, até porque os digitais já estavam também sigilosos e seguros.

Alega que a identificação de equívocos não deve implicar na exclusão automática do licitante do certame, pelo contrário, que através da constatação do devido erro, a Administração deveria franquear seu saneamento, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada, até porque o valor é mais vantajoso ao município.

Diante dos fatos, solicita que a Pregoeira, admita novamente a recorrente e sua proposta ao certame em questão.

II. DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

A empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA por sua vez, alega que não se deve admitir que em processos licitatórios, sérios e regidos por edital completamente compreensível, o qual não abriu margem para possíveis discussões, vez que sequer foi impugnado ou embargado em momento oportuno, agora venha a ser atacado por erro formal cometido por culpa única e exclusiva do ora recorrente.



Ainda, no que se refere à alegação da recorrente, que em tese tenha apresentado os documentos de acordo com o previsto no edital, isso não ocorreu de forma integral, vez que a mídia digital também deveria estar dentro do envelope lacrado, pois do contrário poderia ser substituído no momento de sua abertura pelo que melhor conviesse ao participante, o que não é permitido.

Ao final, a empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA requer o recebimento e procedência das contrarrazões do recurso; que seja mantida a decisão do Pregoeiro quanto a desclassificação da proponente J. F. DA SILVA JORNAL.

III. DA DECISÃO

Considerando que o recurso foi interposto tempestivamente, recebo o presente, ao tempo em que passo à análise das razões arguidas.

Após detida análise de toda a documentação juntada no recurso, extrai-se os seguintes pontos a enfrentar:

1. A recorrente não apresentou o arquivo em mídia conforme exigido em edital, embora tenha alegado falhas nas informações contidas no mesmo, sendo que também não fora apontado este “equivoco” do edital, em tempo hábil, mediante impugnação do mesmo;
2. Enquanto a proponente declarada vencedora, alega em sua contrarrazão que o erro material fora cometido única e exclusivamente pela recorrente, pois o edital não gerou margens de dúvidas quanto a apresentação do arquivo em mídia dentro do envelope devidamente lacrado.

De pronto salientamos que a empresa J. F. DA SILVA JORNAL, descumpriu o item 4.1 do edital, não apresentando sua proposta em arquivo de mídia junto ao envelope de proposta de preços devidamente lacrado, pois ainda que de forma ampla, o item 4.1.2 deixa claro que o não cumprimento da apresentação da proposta em arquivo mídia ou em desacordo com os termos 4.1 do edital, acarretaria na sua desclassificação.

Diante da solicitação para que seja aceita a proposta da proponente por se tratar de um “erro do edital”, a mesma não apontou nenhuma impugnação referente a possíveis divergências existentes na apresentação das propostas de preços, o que remete à imediata conclusão de que não constatou nenhuma distorção passível de saneamento, o que deveria ter combatido via impugnação do edital.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

151

É importante salientar que esta Pregocira, tem por prerrogativa estar cumprindo estritamente os editais conforme previsto no art 41. da Lei 8666/1993, onde a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Quanto a alegação de que a proposta da recorrente seria a mais vantajosa, não há como afirmar, pois, apesar de não ter ocorrido disputa de lances, a proposta a qual fora desclassificada, estaria com valor acima da proposta da empresa vencedora, o que neste primeiro momento não estaria causando prejuízos a Administração.

Ante o exposto, imperioso concluir pelo indeferimento do recurso proposto pela empresa J. F. DA SILVA JORNAL, para manter a decisão ora vergastada, permanecendo como vencedora do certame a empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA.

Encaminho à autoridade superior para fins de ciência dos fatos desta decisão e a consequente manifestação final em relação ao evento recursal ora debatido.

Coronel Domingos Soares em 27/07/2022

RAFAELA SCHEREINER
094.850.889-22
Pregocira



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

MANIFESTAÇÃO DE AUTORIDADE SUPERIOR EM SEDE RECURSAL

REFERÊNCIA: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2022.

I – RELATÓRIO

O Município de Coronel Domingos Soares promoveu o Processo Licitatório registrado sob nº 087/2022, na modalidade Pregão Presencial registrado sob nº 40/2022, cujo objeto é a **“Contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações legais da municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal”**.

Na fase de abertura de envelopes de propostas, a empresa J. F. DA SILVA JORNAL foi desclassificada diante da não apresentação do *pendrive* dentro do envelope de proposta de preços, pois em consonância com o item 4.1 do edital, o arquivo de mídia deve ser apresentado junto a proposta impressa e assinada.

Manifestou intenção de recurso, que foi deferido pela pregoeira, correspondendo ao marco de 3 (três) dias úteis para tal.

Ainda conforme prazo estabelecido em ata, houve apresentação de contrarrazões pela empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA.

II - ALÍGERAS DAS ALEGAÇÕES DO RECORRENTE E DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

A empresa Recorrente insurge-se alegando que o edital estaria com ausência de informações claras e específicas quanto a apresentação da proposta em mídia dentro do envelope de proposta de preços.

A empresa Contrarrazoante alega que não se deve admitir que em processos licitatórios, sérios e regidos por edital completamente compreensível, o qual não abriu margem para possíveis discussões, vez que sequer foi impugnado ou embargado em momento oportuno, agora venha a ser atacado por erro formal cometido por culpa única e exclusiva do ora recorrente.

III – DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Após fundamentada análise, concluiu pelo indeferimento do recurso proposto pela empresa J. F. DA SILVA JORNAL, para manter a decisão ora vergastada, permanecendo como vencedora do certame a empresa A FOLHA DO SUDOESTE LTDA.

IV – DO PARACER DA PROCURADORIA JURÍDICA

Após fundamentada análise, através do Parecer Jurídico nº 433/2022, identificou possível inexactidão nos termos que poderia induzir os licitantes ao erro, ainda que isento de má-fé, tal como a desclassificação ensejar em excesso de formalismo. Apresentou 3 (três) hipóteses para a solução do litígio instaurado.

V – DA FUNDAMENTAÇÃO

Pela leitura dos termos convocatórios, pode-se concluir que a Administração buscou confeccionar um edital de maneira precisa e que realmente contemple o interesse público, objetivando a proposta mais vantajosa.

É de inteira responsabilidade das proponentes tomarem ciência do conteúdo do ato convocatório, na íntegra, a fim de atenderem a todas suas exigências uma vez que todas as



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

153

cláusulas editalícias são vinculadas uma a outra bem como se complementam e, se assim entender oportuno e conveniente, solicitar esclarecimentos ou impetrar impugnações até superar dúvidas e dificuldades no curso do processo.

Em análise ao tema em questão, solicitou-se orientações à Procuradoria Jurídica da Municipalidade, a qual, através do Parecer Jurídico nº 433/2022, quanto ao arquivo de mídia ser apresentado junto a proposta impressa e assinada, identificou possível inexatidão nos termos que poderia induzir os licitantes ao erro, ainda que isento de má-fé, tal como a desclassificação ensejar em excesso de formalismo.

Considerando a tempestividade do pleito do recorrente, o respeito aos demais prazos previstos em edital, assim como em relação a impugnação apresentada e oportunamente apreciada, com fulcro nos fundamentos expostos na decisão da Pregoeira e no Parecer da Procuradoria Jurídica, dentre as possibilidades ali constantes, entendo que decisão mais adequada seja a anulação do certame, para construção de um novo, revendo a exigência inexata que se traduz em ilegalidade ou a deixando devidamente expressa, possibilitando aos licitantes o melhor entendimento de suas obrigações.

VI – DECISÃO

Pelo breve exposto, o Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, no uso de suas atribuições legais, seguindo também a percepção e o entendimento emanado pela orientação constante na alínea “b” provinda do Parecer Jurídico nº 433/2022, consolida a anulação do certame, com fulcro no que prevê o artigo 49 da Lei nº 8.666/93, para a construção de um novo Processo Licitatório, buscando sanar as celeumas e manter o objetivo de atingir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Diante dos fatos, razões, a todas as alegações supracitadas, determina-se que proceda com a revogação do presente processo com a expedição de Decreto do Executivo com vistas a anular o certame a fim de que seja oportunizada a construção de novo instrumento convocatório, isento da celeuma manifestada pelo recorrente.

Coronel Domingos Soares - Paraná, em 08 de agosto de 2022.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

DECRETO Nº 154/2022

Dispõe sobre a anulação do Processo Licitatório registrado sob nº 087/2022, na modalidade Pregão Presencial registrado sob nº 40/2022, dando outras providências. O Prefeito de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, e disposições correlatas, especialmente:

a. Considerando a tempestividade do pleito do recorrente, o respeito aos demais prazos previstos em edital, assim como em relação a impugnação apresentada e oportunamente apreciada, com fulcro nos fundamentos expostos na decisão da Pregoeira e na percepção e entendimento emanado pela orientação constante na alínea "b" provinda do Parecer Jurídico nº 433/2022, delibera a anulação do certame, para construção de um novo, revendo a exigência inexata que se traduz em ilegalidade ou a deixando devidamente expressa, possibilitando aos licitantes o melhor entendimento de suas obrigações.

DECRETA

Art. 1º-Fica anulado o Processo Licitatório registrado sob nº 087/2022, na modalidade Pregão Presencial registrado sob nº 40/2022, tendo como objeto: contratação de empresa jornalística para publicação de notícias, campanhas e publicações legais da municipalidade em jornal impresso de circulação ao menos semanal.

Art. 2º-Pelo presente ato ficam intimados os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º-Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Coronel Domingos Soares Pr., 08 de agosto de 2022.

Jandir Bandiera - Prefeito

154/2022